

SOCIEDADE CIVIL E SEGURANÇA ALIMENTAR NOS PALOP

DESAFIOS DA ARTICULAÇÃO EM REDE

João N. Pinto

IFSN - International Food Security Network / ActionAid

IFSN/SC/06/13

Janeiro, 2008

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	4
PARTE I	
CONCEITOS BÁSICOS SOBRE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	
I.1 PANORAMA GLOBAL E SITUAÇÃO NOS PALOP	5
I.2 O CONCEITO DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (SAN)	6
<i>I.2.1 Evolução da discussão e construção do conceito</i>	9
I.3 VULNERABILIDADE E CAUSAS DA INSEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	10
I.4 MANIFESTAÇÕES DE INSEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL E GESTÃO DE RISCOS	12
I.5 COMPROMISSOS INTERNACIONAIS COM A SAN	13
PARTE II	
ALIMENTAÇÃO: UM DIREITO HUMANO FUNDAMENTAL	
II.1 ALIMENTAÇÃO E SAN: UMA QUESTÃO DE DIREITOS	15
II.2 O DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA (DHAA)	16
II.3 AS DIRECTRIZES VOLUNTÁRIAS DA FAO	17
PARTE III	
ALIMENTAÇÃO: UMA QUESTÃO DE SOBERANIA	
III.1 AS DISTORÇÕES PROVOCADAS PELO COMÉRCIO INTERNACIONAL	19
III.2 A OPÇÃO POR POLÍTICAS ALIMENTARES SOBERANAS	20
PARTE IV	
POLÍTICAS NACIONAIS DE SAN E PARTICIPAÇÃO SOCIAL	
IV.1 A FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS NACIONAIS DE SAN	22
<i>IV.1.1 Particularidades da política de SAN no Brasil</i>	26
IV.2 AS POLÍTICAS NACIONAIS DE SAN NOS PALOP	28
IV.3 PARTICIPAÇÃO SOCIAL NAS POLÍTICAS PÚBLICAS	30
PARTE V	
TRABALHAR EM CONJUNTO: DESAFIOS DA ARTICULAÇÃO EM REDE	
V.1 O QUE SÃO REDES DA SOCIEDADE CIVIL?	32
<i>V.1.1 Características das redes</i>	32
V.2 A IMPORTÂNCIA DAS REDES DA SOCIEDADE CIVIL PARA A PROMOÇÃO DA SAN	34
<i>V.2.1 Desenvolvimento e expansão das capacidades</i>	34
<i>V.2.2 Empoderamento e acesso a recursos</i>	35
V.3 ENVOLVENDO O CONJUNTO DOS PAÍSES: DESAFIOS PARA A REDE REGIONAL DE SAN DOS PALOP	36
<i>V.3.1 Alguns antecedentes</i>	36
<i>V.3.2 Oportunidades e desafios</i>	37
<i>V.3.3 Sugestões para a dinamização das redes</i>	38
<i>V.3.4 Possíveis temas de trabalho para as redes</i>	40
<i>V.3.5 Visibilidade e captação de recursos</i>	42
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	43
ANEXOS	
Anexo 1 – Glossário de Termos relacionados com SAN	46
Anexo 2 – Recursos na Internet	48

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 - Indicadores básicos de pobreza e insegurança alimentar nos PALOP	5
Quadro 2 - Principais riscos e seus impactos potenciais na segurança alimentar e nutricional	11
Quadro 3 - Instrumentos para a gestão de riscos relacionados com a disponibilidade, acesso e utilização	13
Quadro 4 - As Directrizes Voluntária da FAO	18
Quadro 5 - Comparação do Modelo Dominante (Neoliberal) com o Modelo da Soberania Alimentar	19
Quadro 6 - Enfoque de dupla-via	23

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Relação entre Desnutrição, Fome e Insegurança Alimentar	12
Figura 2 - Estrutura Piramidal	32
Figura 3 - Estrutura Organizacional	32

ÍNDICE DE CAIXAS

Caixa 1 – Factos e Números sobre a Fome	6
Caixa 2 – Principais dimensões da SAN	7
Caixa 3 – Principais eventos com relevância para a SAN	14
Caixa 4 – Algumas características dos Direitos Humanos	15
Caixa 5 – Obrigações dos Estados em relação ao Direito à Alimentação	17
Caixa 6 – Resumo dos elementos-chave para atingir a SAN	20
Caixa 7 – Recomendações para a Sociedade Civil	21
Caixa 8 – Sete recomendações da Task Force sobre a Fome	25
Caixa 9 – Características de uma Rede da Sociedade Civil	33
Caixa 10 – Algumas características do processo de empoderamento	35
Caixa 11 – Algumas características que contribuem para o empoderamento das populações	36
Caixa 12 – Dicas para a gestão e organização das redes	38

ÍNDICE DE CASOS

Caso 1 – O Programa Fome Zero do Brasil	26
Caso 2 – O SETSAN de Moçambique	29
Caso 3 – O CONSEA do Brasil	31

INTRODUÇÃO

As preocupações com a fome e pobreza tornaram-se uma constante nos debates públicos e governamentais pelas implicações sociais que esses problemas têm na vida das populações. Os compromissos e prioridades assumidos pela comunidade internacional na última década intensificaram as acções e estratégias de combate à fome à escala global. Em decorrência disso, inúmeros países encontram-se neste momento a trabalhar na formulação e execução de Estratégias e Programas Nacionais de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) no âmbito de seus esforços para erradicar esses flagelos. Esse é também o caso de todos os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP).

Posto isto, percebe-se que as organizações da sociedade civil de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe estão perante o enorme desafio de contribuir para a discussão, formulação e implementação dessas políticas. Inúmeras organizações desses países estão já a trabalhar em áreas transversais à SAN através do desenvolvimento de projectos com populações locais. Mas a formulação de políticas nacionais abre novas oportunidades e coloca novos desafios para o aumento da mobilização, participação e controle social nesses países.

A implementação de Redes Temáticas da Sociedade Civil a nível nacional, regional ou internacional, tem-se revelado um bom instrumento de articulação de diversos actores em torno de objectivos comuns, aumentando a sua capacidade de mobilização e intervenção sobre as políticas. Em termos internacionais, o Projecto IFSN (International Food Security Network) implementado pela ActionAid tem sido uma peça-chave nesses processos ajudando a fortalecer e/ou criar redes nacionais e regionais de segurança e soberania alimentar. Estas redes desenvolvem acções de lobby e advocacy facilitando a abertura dos governos ao diálogo para a implementação efectiva dos marcos institucionais e legais do direito humano à alimentação e para a implementação das políticas nacionais de SAN. No espaço dos PALOP, a experiência de Moçambique com a Rede de Organizações pela Soberania Alimentar (ROSA) apoiada pelo IFSN tem-se revelado muito importante. Hoje a ROSA consagrou-se como um interlocutor privilegiado para discutir com o Governo as questões da SAN. Ao trabalharem em rede, os países podem-se beneficiar dessa e de outras experiências para que em conjunto tenham uma intervenção mais forte. Em Julho de 2007, uma delegação da sociedade civil de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe reuniu-se em Fortaleza para participar na *III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional* do Brasil e decidiu dar um passo adiante nos esforços de actuação conjunta a nível regional. Nessa altura, lançou-se a ideia da conformação da Rede Regional de SAN dos PALOP com o intuito de promover a troca de experiências, aumentar as capacidades das organizações no âmbito da construção institucional da SAN, da soberania alimentar e do direito humano à alimentação e participar com maior qualidade no diálogo com os respectivos governos.

A semente está lançada. Porém, falta a componente mais difícil que é a dinamização desse processo e a motivação de todas as organizações para que as redes nacionais e a rede regional possam crescer e tornar-se verdadeiramente activas na contribuição para o diálogo.

O presente documento tem os seguintes objectivos: em primeiro lugar, pretende servir de base introdutória para a temática da SAN trazendo à discussão alguns conceitos fundamentais que dão forma à mensagem destas redes; em segundo lugar, pretende dar algumas pistas para melhorar a intervenção ao nível da discussão, formulação e implementação das estratégias e programas nacionais de SAN que neste momento estão em curso em todos os países; em terceiro lugar, pretende estimular as organizações para se envolverem mais activamente nas redes, razão pela qual damos algumas sugestões que julgamos podem contribuir para dinamizar esses processos.

PARTE I

CONCEITOS BÁSICOS SOBRE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

I.1 PANORAMA GLOBAL E SITUAÇÃO NOS PALOP

Os problemas de fome e insegurança alimentar continuam a afectar uma enorme parcela da população mundial, isto apesar de o mundo em que vivemos nunca ter conhecido tanta opulência. As estimativas mais recentes indicam que em todo o globo 854 milhões de pessoas não têm acesso a alimentos suficientes para levarem uma vida saudável, 820 milhões dos quais vivem nos países em desenvolvimento (FAO, 2006). Em termos absolutos, é na Ásia que se concentra a maior parte da população desnutrida (60%) seguida do continente africano (25%). No caso da África subsaariana, região onde se localizam os PALOP, esta situação tem-se revelado muito grave pois o número de desnutridos tem aumentado em vez de diminuir¹ e uma em cada três pessoas encontra-se privada de uma alimentação suficiente, o que a torna na região com a maior prevalência de desnutrição (32%)². Para melhor ilustrar a situação nos PALOP apresentam-se no quadro seguinte alguns indicadores básicos de pobreza e insegurança alimentar:

Quadro 1 – Indicadores básicos de pobreza e insegurança alimentar nos PALOP

Indicadores		Angola	Cabo Verde	Guiné-Bissau	Moçambique	S. Tomé e Príncipe
Pessoas Subnutridas (Milhões)	1990-92	5,60	--	0,30	9,2	--
	2002-04	4,8	--	0,60	8,3	--
População Subnutrida (%)	1990-92	58	--	24	66	18
	2002-04	35	--	39	44	10
Esperança média de vida à nascença		41,0	70,7	44,8	41,6	63,2
Taxa de mortalidade infantil	1970	180	--	--	168	--
	2004	154	27	126	104	75
Crianças (< 5 anos) com peso abaixo do normal (%)		31	14	25	24	13
Crianças (< 5 anos) com altura abaixo do normal (%)		45	16	31	41	29
População sem acesso a água (%)		47	20	41	57	21
Índice de Desenvolvimento Humano (IDH 2004)	Posição	161	106	173	168	127
	IDH	0,439	0,722	0,349	0,390	0,607
População sem acesso sustentável a saneamento melhorado (%)		69	57	65	68	75

Fonte: Relatório do Desenvolvimento Humano 2006 (PNUD, 2006); FAOSTAT (FAO, 2006); SOFI (FAO, 2006)

A leitura destes indicadores demonstra que o panorama nestes países não é nada animador tornando imperativo a adopção de acções políticas concretas que revertam essa situação. Aliás, a realidade poderá ser ainda pior do que as estatísticas mencionam face à dificuldade de colecta e tratamento de dados em alguns países. Um dado que importante sublinhar neste cenário é que a maior parte das pessoas em situação de fome e insegurança alimentar são agricultores ou vivem no meio rural o que constitui uma enorme contradição pois são eles os produtores de alimentos. Para além disso, sabemos que a produção mundial de alimentos tem aumentado de forma considerável: por exemplo, entre 1967 e 1997 a produção global de cereais aumentou 84% e os preços reais de arroz e milho decresceram

¹ De acordo com as estatísticas mais recentes o número de desnutridos passou de 169 milhões em 1990/92 para 206 milhões em 2001/03 (FAO, 2006).

² Prevalência de desnutrição em outras regiões: Caraíbas (21%), América Central (20%), Ásia (16%), América do Sul (9%), e África do Norte (4%).

29% e 30%, respectivamente (Von Braun, *et al.*, 2005). O aumento da quantidade de alimentos produzidos deita por terra os argumentos daqueles que defendem que os problemas da fome se devem a excessos populacionais e que têm proposto o controlo da natalidade como uma solução. A esse respeito, um estudo da FAO sobre o panorama da agricultura mundial para o período 2015/2030 afirma que haverá alimentos suficientes para alimentar toda a população (FAO, 2002). Mas, se assim é, porque subsistem estes problemas?

Caixa 1 - Factos e números sobre a Fome

- A fome e a pobreza causam 25.000 mortes por dia;
- 854 milhões de pessoas em todo o mundo não têm alimentos suficientes para se alimentarem;
- Mais de 60% das pessoas que sofrem de fome crónica são mulheres;
- A cada cinco segundos morre uma criança de fome;
- 10,9 milhões de crianças com menos de cinco anos morrem todos os anos em países em desenvolvimento;
- A malnutrição e as doenças associadas à fome causam 60% de todas as mortes no mundo;
- Estima-se que 684 mil mortes de crianças em todo o mundo poderiam ser evitadas através de um aumento do acesso a vitamina A e zinco;
- A cada minuto morre uma criança com menos de 15 anos com uma doença associada à SIDA e a cada minuto há uma criança que se torna seropositiva;
- O HIV/SIDA tem um impacto directo na capacidade das pessoas de obterem alimentos suficientes para se alimentarem a si próprias e às suas famílias, comprometendo directamente a segurança alimentar do seu agregado familiar;
- As crianças com HIV/SIDA podem enfrentar pobreza, malnutrição, acesso inadequado a serviços sociais, discriminação, estigmatização, desigualdade baseada no género e exploração sexual devido a essa sua condição;
- Os alimentos nutritivos associados a medicamentos anti-retrovirais são essenciais para manter o sistema imunitário e para ajudar a prolongar a vida das pessoas com HIV/SIDA;
- A concentração de fome em zonas rurais indica que não é possível haver uma redução sustentada da fome sem uma ênfase especial no desenvolvimento agrícola e rural.

Fontes: FAO (2006); PAM - HIV/AIDS unit (2007); WFP Annual Report 2007; UNICEF (2007)

I.2 O CONCEITO DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (SAN)

O significado atribuído à noção de SAN vem sendo trabalhado por várias instituições (Governos, Organismos internacionais, ONGs e Universidades) e tem evoluído ao longo dos tempos (ver secção I.2.1). A SAN é um tema sensível no campo da definição de políticas públicas por se relacionar com graves problemas sociais como é a fome e a desnutrição. Em consequência, o próprio conceito tem sido alvo de enormes disputas e está em permanente construção. Não obstante, a definição mais amplamente aceite hoje é aquela que resultou da Cimeira Mundial da Alimentação (CMA) realizada em Roma em 1996:

“Existe segurança alimentar quando as pessoas têm, de forma permanente, acesso físico e económico a alimentos seguros, nutritivos e suficientes para satisfazer as suas necessidades dietéticas e preferências alimentares, a fim de levarem uma vida activa e saudável” In: Declaração de Roma sobre a Segurança Alimentar Mundial e Plano de Acção (FAO, 1996)

Tal como se encontra definida, verifica-se que a condição de SAN deve ser salvaguardada em cada contexto nacional de forma permanente, razão pela qual a interpretamos como um objectivo de políticas públicas. Para além disso, uma análise da definição anterior demonstra que SAN possui um carácter multidimensional. É por isso que o reconhecimento de todas as suas dimensões é um factor fundamental na definição e implementação das políticas relacionadas com a SAN. As suas quatro dimensões principais são as seguintes:

Caixa 2 - Principais dimensões da SAN

Disponibilidade – Refere-se à existência de uma quantidade suficiente de alimentos, de qualidade adequada, para atender às necessidades de consumo da população e que é fornecida através da produção doméstica ou da importação (incluindo a ajuda alimentar). Para estimar a disponibilidade é necessário levar em conta a as perdas pós-colheita e as exportações de alimentos.

Acesso – Refere-se à capacidade dos indivíduos para adquirir alimentos apropriados a uma dieta nutritiva por meio de recursos adequados. Pode ser de ordem *económica*, quando as pessoas não conseguem produzir os seus próprios alimentos nem comprá-los no mercado (por falta de rendimentos), ou *física* quando, simplesmente, não existem alimentos disponíveis onde são necessários para consumo;

Consumo e Utilização – Refere-se ao cumprimento dos requisitos nutricionais mínimos. Diz respeito à utilização dos alimentos através de uma dieta adequada, água potável, saneamento e cuidados de saúde para atingir um estado de bem-estar nutricional em que todas as necessidades fisiológicas são satisfeitas;

Estabilidade – Refere-se ao acesso permanente a uma alimentação adequada e a evitar as condições de insegurança alimentar. Atinge-se mantendo mínima a probabilidade de queda do consumo por deficiência de abastecimento devido a variações na oferta.

Fonte: FAO (2006).

Vejam os com um pouco mais de pormenor cada uma destas dimensões. Como referimos anteriormente, em termos globais a **disponibilidade de alimentos** é suficiente para alimentar toda a população existente no planeta. Porém, se existem problemas de fome é porque esses alimentos não estão disponíveis da mesma forma em todos os lugares. Para tomar medidas que promovam a disponibilidade de alimentos é necessário pensar a vários níveis: nível Macro (mundial, regional, nacional); Meso (comunitário, de província, distrito, cidade); e Micro (familiar, domiciliar, individual). A questão da distribuição de alimentos deve também ser equacionada, ou seja, mesmo que exista uma quantidade de alimentos suficiente no país (via produção nacional ou importações) é preciso salvaguardar que esses alimentos cheguem a todos os níveis subsequentes, particularmente aos mercados locais e aos grupos populacionais mais isolados.

Mas vimos também que a mera existência de alimentos não é suficiente para garantir a SAN. Isso acontece porque é preciso que as pessoas tenham **acesso** aos alimentos quando estão disponíveis. As pessoas podem ter acesso aos alimentos produzindo-os, isto é, desenvolvendo uma agricultura de subsistência. Caso não possam produzir (porque não têm acesso à terra, porque vivem no meio urbano, etc.), só têm a opção de os comprar nos mercados locais ou adquiri-los através de doações (ajuda alimentar). Quer isto dizer que mesmo que haja *disponibilidade* de alimentos nos “mercados”, de nada servirão se as pessoas não tiverem dinheiro para os comprar. O poder de compra das populações é um factor muito importante para garantir o acesso aos alimentos. Para além desta questão económica vimos que existe também uma questão de ordem física que garante esse acesso aos alimentos, ou seja, os alimentos têm de estar disponíveis onde são necessários. Para isso é preciso ter infra-estruturas de transporte, armazenamento, sistema de mercados que funcione, redes de comunicação, etc.

A dimensão de consumo e utilização está relacionada com o acto de alimentação em si mesmo. O aspecto do **consumo** está assim relacionado com os hábitos alimentares das pessoas incluindo o processo de escolha e preparação dos alimentos, distribuição no interior do agregado familiar, etc. As dietas alimentares devem ser variadas e equilibradas para que todos os nutrientes (proteínas, vitaminas, hidratos de carbono, gorduras, sais minerais, água) estejam presentes na alimentação em quantidades adequadas. Para além da quantidade, os alimentos devem existir em condições de qualidade (física, química e biológica). Isto significa que os alimentos têm que ser seguros em termos de sanidade (inocuidade) para evitar riscos de contaminação de doenças pela alimentação. O consumo de alimentos deve também levar em conta as *preferências alimentares* de forma a salvaguardar as características culturais de cada povo em termos de costumes, tradições ou credos religiosos que se manifestam no consumo de alimentos (p. ex.: a religião muçulmana em relação à carne de porco; o povo indiano em relação à carne de vaca; o arroz como base da alimentação para muitos povos asiáticos, etc.). A salvaguarda e respeito pelas diferenças e preferências devem estar também presentes nos programas de Ajuda Alimentar de carácter de emergência, de acordo com a região ou população a que se destinam.

A **utilização** dos alimentos está relacionada com a nossa questão biológica, ou seja, com a forma como o organismo ingere, absorve e utiliza os nutrientes e os converte em energia, assim como com o estado de saúde que apresentamos.

Para que a condição de segurança alimentar seja mantida de forma contínua (permanente) é necessário salvaguardar a dimensão de **estabilidade**. Esta diz respeito a vários aspectos: estabilidade em termos dos alimentos disponíveis (nos mercados, sazonalidade da agricultura, catástrofes climáticas, etc.), estabilidade no acesso aos alimentos (garantia de poder de compra, garantia de emprego, garantia de condições de logísticas, etc.).

O processo de produção de alimentos deve salvaguardar ainda a dimensão de **sustentabilidade** da segurança alimentar. Por exemplo, o rápido crescimento da produção agrícola nas últimas décadas teve elevados custos ambientais; a intensificação e sobre-exploração da terra e dos recursos aquíferos aumentaram os problemas de salinização e erosão do solo, poluição, resistência a pesticidas e perda da biodiversidade; a utilização de OGMs na agricultura com o objectivo de incrementar a produção agrícola tem sido objecto de inúmeras controvérsias; as alterações climáticas receberam atenção nas discussões agrícolas e de política comercial em anos recentes; etc.

Uma vez analisadas as dimensões da SAN, cabe sublinhar que **todas têm que estar presentes em simultâneo para que se verifique uma situação de segurança alimentar e nutricional** dado que se encontram intrinsecamente relacionadas.

O que acabamos de referir compõe o quadro de análise da SAN. Porém, convém sublinhar desde já que na base deste quadro estão dois pilares fundamentais que sustentam a abordagem da SAN: o primeiro corresponde ao ***Direito Humano à Alimentação*** e relaciona-se com a condição humana do indivíduo a qual não lhe permite, independentemente da sua própria vontade, abdicar da alimentação enquanto necessidade básica à vida; o segundo é a ***Soberania Alimentar*** pois ao considerarmos que os países estão inseridos numa ordem internacional torna-se necessário salvaguardar o direito dos povos a definirem suas próprias políticas e estratégias de produção, distribuição e consumo. Nas partes II e III deste documento tratamos em pormenor estas duas questões.

1.2.1 Evolução da discussão e construção do conceito

A concepção de SAN descrita anteriormente nem sempre foi a mesma. A sua evolução deveu-se aos diferentes contextos económicos, políticos e sociais que se viveram, mas também às novas abordagens que entretanto foram surgindo, tanto por parte dos organismos internacionais como dos movimentos sociais ou universidades.

Retrospectivamente podemos situar as primeiras utilizações desta expressão no **contexto da I Guerra Mundial**. Nesta altura, a expressão era utilizada com um significado estritamente ligado à auto-suficiência alimentar a nível nacional para sustentar a população, não sendo feita qualquer referência aos planos individual ou familiar. A alimentação surge assim como questão central no que respeita à capacidade dos países de produzirem os seus próprios alimentos a fim de evitarem crises de abastecimento provocadas por cercos militares ou boicotes políticos (Adas, 2004).

Em meados da **década de 1970** o conceito surge de forma mais consistente no contexto das discussões sobre a crise alimentar mundial que se viveu. Nesta década, os *stocks* mundiais de alimentos começam a diminuir drasticamente devido a quebras acentuadas na produção em vários países – entre os quais a União Soviética, a Índia, a China e a Austrália – o que origina subidas abruptas dos preços de cereais e uma conseqüente crise alimentar à escala global. A FAO organiza em 1974 a sua primeira Cimeira Mundial da Alimentação, da qual resulta um consenso sobre a necessidade de existir uma disponibilidade suficiente de alimentos para alimentar toda a população do globo, e onde os líderes mundiais aceitam, pela primeira vez, a responsabilidade comum de acabar com a fome e com a desnutrição³. O foco inicial da atenção foi nos problemas de abastecimento alimentar, em assegurar a disponibilidade e a estabilidade dos preços dos alimentos básicos ao nível internacional e nacional (Clay, 2002).

No início da **década de 1980** começa a desvanecer a ideia de que a disponibilidade alimentar resultante de incrementos na produção agrícola poderia resolver os problemas dando lugar à preocupação com o lado da procura e com o acesso aos alimentos pelos grupos mais vulneráveis. Os trabalhos desenvolvidos por Amartya Sen nesta década influenciaram a mudança de pensamento. Amartya Sen defende que a tradicional abordagem da fome incidindo no abastecimento (disponibilidade) de alimentos se revelou infundada e equívoca para as políticas a seguir e apresenta um método alternativo de análise e abordagem baseado na atribuição de direitos (*entitlements*) de acesso aos alimentos, i.e., à produção, transformação, comércio e transferência de recursos básicos (Sen, 1981). No seguimento, a FAO e o Banco Mundial publicam trabalhos que marcam a evolução do conceito e contribuem para que a abordagem da Segurança Alimentar, no final da década, se baseasse na disponibilidade de alimentos a nível nacional e regional e no acesso estável a nível local (FAO, 1983; Banco Mundial, 1986). A preocupação centrava-se na compreensão dos sistemas alimentares, sistemas de produção e outros factores que influenciam a disponibilidade e o acesso a alimentos de forma permanente (Frankenberger e MacCoston, 1998).

A partir da **década de 1990** a SAN é reconhecida como uma questão desde o nível individual ao global e alguns trabalhos desenvolvidos acrescentam os problemas nutricionais e qualitativos à problemática alimentar. De facto, a disponibilidade e o acesso aos alimentos são necessários, mas não suficientes para garantir segurança alimentar, devido aos problemas de má nutrição ou da qualidade dos alimentos que podem causar situações de insegurança e causar graves problemas de saúde.

³ Desta Cimeira resulta a "*Declaração Universal para Eliminação Definitiva da Fome e da Desnutrição*", aprovada por unanimidade pelos 130 países participantes, bem como a criação de um Conselho Mundial da Alimentação e da Comissão sobre Segurança Alimentar da FAO.

I.3 VULNERABILIDADE E CAUSAS DA INSEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

A **insegurança alimentar e nutricional** (INSAN) pode ser descrita como uma situação em que uma pessoa ou população não tem acesso seguro a uma quantidade suficiente de alimentos para ter um crescimento e desenvolvimento normais e para levar uma vida activa e saudável. De acordo com o período de tempo que consideramos, podemos ter uma situação de *insegurança alimentar crónica* (quando ocorre de forma continuada no tempo em decorrência de situações de extrema pobreza e completa incapacidade de acesso aos alimentos), ou *insegurança alimentar aguda* – ou transitória – (quando ocorre por um curto período de tempo em decorrência, por exemplo, de adversidades climáticas como secas e inundações ou de outros problemas sociais, políticos ou económicos como conflitos, guerras, *etc.*).

A **vulnerabilidade** pode ser definida como o resultado negativo da insegurança alimentar, ou seja, refere-se à propensão das pessoas para cair ou ficar abaixo do limiar da segurança alimentar durante um determinado período de tempo. Quando as pessoas têm dificuldade de acesso a uma quantidade de alimentos saudáveis e nutritivos ficam mais vulneráveis a problemas de saúde e entram numa situação de insegurança alimentar. A vulnerabilidade é o resultado de um acumular de determinadas situações ao longo do tempo. Assim, se determinado grupo vive em situações de risco, torna-se mais propício a entrar numa situação de insegurança alimentar. Existem vários tipos de riscos com implicações nas várias dimensões da SAN (ver Quadro 2).

Entre as principais **causas de insegurança alimentar** encontram-se a dificuldade de acesso a alimentos, quer por via das restrições de renda quer pela indisponibilidade de alimentos. É por isso que a pobreza é frequentemente apontada como a principal causa da insegurança alimentar e da fome porque determina um acesso insuficiente aos alimentos devido ao baixo rendimento familiar associado.

Outras causas concorrem também para agravar a situação, como a dificuldade de acesso a recursos como terra, água, saneamento básico, serviços de saúde, educação, crédito ou mesmo acesso a mercados onde se possam comprar e vender os alimentos. Essa falta de acesso a recursos leva as populações a entrar num círculo vicioso do qual não conseguem sair, pois não lhes são dadas as oportunidades para subsistirem pelos seus próprios meios. A maior causa desta situação são os problemas estruturais que afectam as sociedades e as economias dos países pelo que se justifica discutir e implementar políticas públicas que enfrentem o problema e sejam condizentes com a melhoria das condições de vida de toda a população.

A debilidade do estado de saúde dos indivíduos (particularmente HIV/Sida, malária e tuberculose) coloca-os numa situação mais vulnerável à insegurança alimentar. Contudo, a situação inversa também é verdadeira porque indivíduos doentes têm mais dificuldade em resistir a uma alimentação deficiente.

Por outro lado, não podemos esquecer também que as populações que vivem em condições mais degradadas estão mais expostas aos riscos de calamidades climáticas, por exemplo chuvas ou secas, e por isso são mais propícias a entrar numa situação de insegurança alimentar porque se encontram mais vulneráveis. Há outras situações que podem aumentar a vulnerabilidade como por exemplo as situações de guerras ou conflito, ou mesmo as situações decorrentes do contexto internacional com bloqueios impostos por determinado país a outro(s).

Quadro 2 - Principais riscos e seus impactos potenciais na segurança alimentar e nutricional

Tipos de Riscos	Disponibilidade	Acesso	Utilização
Supra-macro (global, regional)			
Riscos Económicos <i>Crise financeira, choques relacionados com o comércio</i>	Capacidade reduzida de importação Alterações nos incentivos à produção	Rendimentos e riqueza reduzida Crescimento económico reduzido	Despesas públicas na saúde em declínio
Riscos naturais <i>Alterações climáticas globais</i>	Produtividade de terras cultivadas em queda	Aumento da variabilidade dos rendimentos Aumento da pressão sobre os recursos para adaptação a meios de subsistência	Aumento de doenças relacionadas com a água
Macro (nacional)			
Riscos políticos <i>Conflitos civis, guerra</i>	Menor produção; Aumento dos custos de transacção; Ruptura no sistema de apoio à agricultura	Poder de compra reduzido (preço, rendimentos)	Ruptura do sistema de saúde
Riscos económicos <i>Colapso no crescimento, crise fiscal ou monetária</i>	Esgotamento do <i>stock</i> de alimentos; Capacidade reduzida de importação; Alterações nos incentivos à produção; Despesas públicas de apoio à produção agrícola e ao desenvolvimento rural em declínio	Diminuição do poder de compra (preço, rendimentos); Diminuição da riqueza	Ruptura do sistema de saúde
Riscos naturais <i>Terramotos, cheias, seca, desertificação</i>	Menor produção; Redução da propriedade de gado Pressão sobre stocks de alimentos	Rendimentos reduzidos (agrícolas, não agrícolas) Diminuição da riqueza Crescimento económico reduzido	Diminuição do acesso a água potável limpa Aumento de doenças relacionadas com a água
Meso (comunidade)			
Riscos políticos <i>Conflitos civis, guerra</i>	Menor produção; Aumento dos custos de transacção; Ruptura no sistema de apoio à agricultura		Ruptura do sistema de saúde
Riscos naturais <i>Deslizamentos de terra, chuvas, ventos fortes, ataques de pragas, doenças do gado</i>	Menor produção; Aumento da pressão sobre os recursos naturais; Aumento das flutuações anuais e da discrepância regional	Rendimentos reduzidos (agrícolas, pecuários); Diminuição do poder de compra	Diminuição do acesso a água potável limpa Aumento de doenças relacionadas com a água
Riscos ambientais <i>Desflorestação, diminuição da fertilidade do solo</i>	Aumento dos custos de produção	Diminuição da riqueza (gado)	
Riscos para a saúde <i>Epidemias, HIV/SIDA, falta de água e saneamento</i>	Menor produção de alimentos	Perda de dias de trabalho (rendimentos reduzidos) Aumento das despesas não alimentares	Absorção reduzida de macro e micronutrientes; Exaustão dos sistemas de saúde levando a menos tratamentos
Riscos sociais <i>Discriminação no acesso aos recursos comuns, exclusão social, perda de entidade patronal</i>	Menor criação de gado	Oportunidades reduzidas de diversificação de rendimentos; Exclusão de seguros informais	
Micro (agregado familiar)			
Riscos para a saúde <i>Doenças, deficiências, ferimentos</i>	Menor produção própria	Rendimentos reduzidos; Aumento dos custos de saúde; Diminuição da propriedade de bens ; venda); Aumento do endividamento	
Riscos relacionados com o ciclo de vida <i>Velhice, morte</i>	Menor produção própria	Rendimentos reduzidos; Aumento dos custos de saúde; Aumento das despesas não alimentares; Diminuição da propriedade	

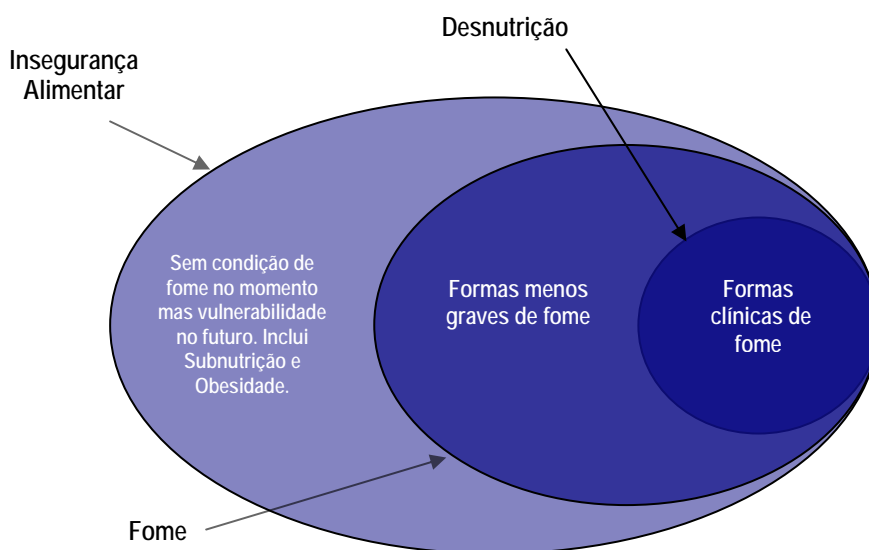
		de bens; Aumento do endividamento	
Riscos sociais <i>Distribuição desigual de alimentos dentro do agregado familiar</i>		Acesso discriminatório a alimentos por determinados membros do agregado familiar (mulheres e crianças)	
Riscos económicos <i>Desemprego, falhas de colheitas</i>	Menor produção própria	Rendimentos adquiridos reduzidos; Diminuição da propriedade de bens; Aumento do endividamento	

Fonte: Adaptado de Lovendal e Knowles (2005)

I.V MANIFESTAÇÕES DE INSEGURANÇA ALIMENTAR E GESTÃO DE RISCOS

A fome e a desnutrição são as manifestações mais graves da INSAN (ver Figura 1), sendo os principais grupos de risco a população com baixos rendimentos, as mulheres (sobretudo em período de gestação ou lactação), as crianças (sendo a faixa etária mais problemática até aos 5 anos de idade), idosos e minorias étnicas ou raciais. Convém sublinhar que também a obesidade, sobretudo no caso dos países desenvolvidos, constitui um sério problema de saúde pública no campo da segurança alimentar.

Figura 1 - Relação entre Desnutrição, Fome e Insegurança Alimentar



Fonte: Adaptado de WHO (2006)

A insegurança alimentar e nutricional conduz a outras situações como anemia, xeroftalmia, bócio, raquitismo, *kwashiorkor*, marasmo, entre outras, que quando não fazem vítimas directamente acabam por facilitar o aparecimento de outras doenças. Não podemos esquecer que a fome intervém também como força social capaz de modificar a conduta do homem, actuando como factor de desajuste e produzindo instabilidade social e política ou migrações forçadas e em massa de populações – os chamados “*refugiados da fome*”.

Quadro 3 - Instrumentos para a gestão de riscos relacionados com a disponibilidade, acesso e utilização

	Disponibilidade	Acesso	Utilização
Eixo 1	Melhorar a segurança alimentar a longo prazo		
Prevenção	<ul style="list-style-type: none"> - Garantir um macro-ambiente estável; - Promover o comércio; - Desenvolver infra-estruturas de mercado e de armazenamento; - Melhorar mercados de <i>input</i> e <i>output</i>; - Melhorar a gestão de recursos naturais; - Aumentar a produtividade e a capacidade de produção; - Melhorar a produção sustentável e diversificada; - Reduzir a variabilidade da produção; - Melhorar a pesquisa agrícola; - Aumentar o investimento na agricultura; 	<ul style="list-style-type: none"> - Aumentar a produtividade de actividades geradoras de rendimento; - Promover o desenvolvimento rural e as ligações entre o mundo rural e o não-rural; - Capacitar mulheres e outros grupos marginalizados; - Promover e proteger as necessidades das crianças; - Promover o acesso à educação; 	<ul style="list-style-type: none"> - Promover práticas preventivas de saúde; - Fazer cumprir regulamentações e instituições de segurança dos alimentos; - Aumentar a vacinação; - Fornecer ou melhorar infra-estruturas de água e saneamento;
Mitigação	<ul style="list-style-type: none"> - Melhorar serviços de extensão agrícola; - Facilitar a diversificação; - Estabilizar stocks; 	<ul style="list-style-type: none"> - Diversificar os meios de subsistência; - Promover seguros e poupanças; 	<ul style="list-style-type: none"> - Disponibilizar serviços de saúde;
Eixo 2	Abordar as necessidades imediatas de alimentos		
Gestão	<ul style="list-style-type: none"> - Facilitar o funcionamento de mercados (transportes, informação); - Fornecer ajuda alimentar Permitir importações de alimentos; 	<ul style="list-style-type: none"> - Fornecer redes de segurança dos alimentos, incluindo transferências de dinheiro, subsídios de alimentação, programas de trabalho; - Incentivar migrações; - Nivelar o consumo - Disponibilizar crédito formal ou informal; - Fornecer alimentos nas escolas; 	<ul style="list-style-type: none"> - Controlar doenças; - Disponibilizar vacinação; - Melhorar a água e o saneamento;

Fonte: Adaptado de Lovendal e Knowles (2005)

I.5 COMPROMISSOS INTERNACIONAIS COM A SAN

A preocupação com os problemas da fome e da pobreza tem mobilizado a comunidade internacional para a urgência da tomada de decisões que resolvam a situação. Ao longo dos anos assistimos à criação de instituições vocacionadas para esta problemática assim como à realização de vários eventos internacionais nos quais se afirmaram compromissos políticos claros para a tomada de posições.

A **CMA realizada em Roma em 1996** foi um marco muito importante em termos internacionais pois reuniu 180 países que debateram e assumiram compromissos muito claros para combater a fome. Nesta cimeira os chefes de Estado e Governo presentes assinaram uma declaração conjunta e definiram um plano de acção⁴ para promover a SAN a nível individual, familiar, nacional, regional e mundial e assumem o objectivo imediato de reduzir para metade o número de pessoas desnutridas, no mais tardar, até ao ano de 2015.

A **Cimeira do Milénio realizada em 2000 pelas Nações Unidas** foi uma das maiores reuniões de líderes mundiais da história com a presença de 147 chefes de Estado e de Governo que, em conjunto, adoptaram os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio⁵ (ODMs). O 1º ODM destina-se a “erradicar a pobreza extrema e a fome” e estipula duas metas claras: Meta 1 – Reduzir para metade a proporção de pessoas que vive na pobreza absoluta até ao ano 2015 e Meta 2 – Reduzir para metade do número de pessoas que sofrem de fome até ao ano 2015.

Em 2002 realiza-se, novamente em Roma, a **Cimeira Mundial da Alimentação: cinco anos depois** (CMA: +5) com o objectivo de avaliar os progressos feitos no combate à fome mas verifica-se que os resultados são muito modestos e que se encontram muito aquém das expectativas.

Caixa 3 - Principais eventos com relevância para a SAN

1945, Criação da FAO
1946, Criação da UNICEF
1948, Declaração Universal dos Direitos Humanos
1963, Criação do Programa Alimentar Mundial
1966, Pacto Internacional dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais
1967, Primeira Convenção de Ajuda Alimentar
1974, Cimeira Mundial da Alimentação (Roma)
1975, Reserva Alimentar Internacional de Emergência (RAIE)
1978, Plano Regional Alimentar para África (FAO)
1981, Plano de Acção para combater a Fome no Mundo (Comunidade Europeia)
1989, Convenção Internacional sobre os Direitos das Crianças
1992, Conferência Internacional da Nutrição
1996, Cimeira Mundial da Alimentação (Roma)
2002, Cimeira Mundial da Alimentação: cinco anos depois (Roma)
2006, Fórum especial da FAO “Cimeira Mundial da Alimentação: dez anos depois” (Roma)

Também a **nível regional**, o continente africano tem assumido vários compromissos que os governos têm de cumprir através da elaboração de políticas de combate à fome e promoção da SAN de que são exemplo: a *Nova Parceria para o Desenvolvimento da África* (NEPAD) e a *Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral* (SADC) que colocam o combate à fome e pobreza como uma das prioridades principais; a *Cimeira de Maputo* (2003) que se compromete com um quadro para acelerar o desenvolvimento agrícola e a segurança alimentar no continente; a *Cimeira sobre a Visão 2020* realizada em Kampala que define compromissos para promover a SAN em África; ou o *Plano de Acção de Segurança Alimentar* adoptado em 2006 em Abuja.

⁴ A Declaração de Roma, o Plano de Acção e demais documentos relacionados com a CMA de 1996 podem ser encontrados em http://www.fao.org/wfs/index_en.htm.

⁵ Os 8 Objectivos de Desenvolvimento do Milénio são: ODM 1 - Erradicar a pobreza extrema e a fome; ODM 2 - Atingir o ensino primário universal; ODM 3 - Promover a igualdade de género e a capacitação das mulheres; ODM 4 - Reduzir a mortalidade infantil; ODM 5 - Melhorar a saúde materna; ODM 6 - Combater o HIV/SIDA, a malária e outras doenças; ODM 7 - Garantir a sustentabilidade ambiental; ODM 8 - Criar uma parceria global para o desenvolvimento. Mais informação incluindo os Relatórios de progresso podem ser obtidos em <http://www.un.org/millenniumgoals/>.

II.1 ALIMENTAÇÃO E SEGURANÇA ALIMENTAR: UMA QUESTÃO DE DIREITOS

As questões relacionadas com a pobreza e insegurança alimentar estão, em primeira instância, vinculadas à concepção dos Direitos Humanos. Estes direitos constituem um conjunto de prerrogativas que se baseiam em princípios éticos e morais como fundamento da liberdade, da justiça e da paz no Mundo e todos os indivíduos os possuem pela sua condição de seres humanos. A **Declaração Universal dos Direitos Humanos** (DUDH) assinada em 1948 veio consagrar internacionalmente esses direitos, entre os quais se encontra a alimentação:

“1. Toda pessoa tem direito a um nível de vida adequado que lhe assegure, assim como à sua família, saúde e bem-estar, especialmente alimentação, vestuário, habitação, assistência médica e os serviços sociais necessários (...). In: Declaração Universal dos Direitos Humanos, Artigo 25º

Caixa 4 - Algumas características dos Direitos Humanos

Universalidade: São independentes das fronteiras e das leis nacionais, ou seja, aplicam-se a todos os indivíduos, independentemente de sua nacionalidade, sexo, raça, credo ou convicção política.

Indivisibilidade e interdependência: Não se pode defender apenas alguns direitos em detrimento de outros, ou seja, se algum dos direitos for violado os demais não serão garantidos.

Inalienabilidade: Estes direitos não se podem transferir de uma para outra pessoa.

Inviolabilidade: Nenhuma lei ou autoridade pode desrespeitar os direitos humanos sob pena de responsabilização civil, administrativa e criminal.

Em 1966 foi adoptado pela ONU o **Pacto Internacional dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais** (PIDESC) que, juntamente com o Pacto Internacional dos Direitos Cívicos e Políticos (PIDCP), contém os principais compromissos decorrentes da declaração universal. O objectivo geral destes pactos é vincular juridicamente os direitos humanos responsabilizando internacionalmente os Estados nacionais pela sua violação.

No PIDESC, a alimentação vem reconhecida como direito humano no Artigo 11º da seguinte forma:

“1. Os Estados Partes no presente Pacto reconhecem o direito de qualquer pessoa a um nível de vida adequado para si e a sua família, inclusive alimentação, vestuário e habitação adequados, e a uma melhoria contínua das condições de existência. Os Estados Partes tomarão medidas apropriadas para assegurar a efectividade deste direito, reconhecendo para esse efeito a importância essencial da cooperação internacional fundamentada no livre consentimento.

2. Os Estados Partes no presente Pacto, reconhecendo o direito fundamental de qualquer pessoa a estar protegida contra a fome, adoptarão, individualmente e mediante a cooperação internacional, as medidas, incluídos os programas concretos, necessárias para:

a) melhorar os métodos de produção, conservação e distribuição de alimentos mediante a plena utilização dos conhecimentos técnicos e científicos, a divulgação de princípios sobre nutrição e o aperfeiçoamento ou a reforma dos regimes agrários de forma a alcançar uma exploração e utilização mais eficazes das riquezas naturais;

b) assegurar uma distribuição equitativa dos alimentos mundiais em relação às necessidades, tendo em conta os problemas existentes tanto nos países que importam produtos alimentícios como nos que os exportam.” In: Pacto Internacional de Direitos Económicos, Sociais e Culturais, Artigo 11º

A supervisão da protecção destes direitos cabe ao Comité de Direitos Económicos, Sociais e Culturais (CDESC) da ONU através de relatórios apresentados pelos Estados nacionais. Contudo, também as organizações da sociedade civil podem apresentar os seus próprios relatórios a esse comité sempre que acharem conveniente.

II.2 O DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA (DHAA)

Em 1999 o CDESC aprovou o **Comentário Geral Nº 12** no qual esclarece o conteúdo dos parágrafos 1 e 2 do PIDESC anteriormente citado como forma de clarificar o conteúdo do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA):

O direito à alimentação adequada realiza-se quando cada homem, mulher e criança, sozinho ou em conjunto, tem acesso físico e económico, ininterruptamente, à alimentação adequada ou aos meios para sua obtenção.
In: Comentário Geral Nº 12

O DHAA é composto por duas partes que são inseparáveis. Em primeiro lugar cabe assegurar que todos os seres humanos têm o direito de estar livres de fome e desnutrição. Em segundo lugar, e para além disso, cabe assegurar que todas as pessoas têm direito a uma alimentação adequada. Como são inseparáveis cada uma dessas partes não pode ser garantida sem a realização da outra.

O significado de *“adequação”* é muito importante nesta interpretação. Ele diz-nos que devem ser levados em conta vários factores para determinar se os alimentos ou as dietas específicas podem ser considerados os mais apropriados para cada circunstância. Por exemplo, saber se os alimentos são seguros (livres de contaminação), têm qualidade (nutritivos), oferecem uma dieta diversificada, são obtidos através de práticas produtivas sustentáveis, que respeitam a diversidade cultural e religiosa, etc. É por isso que esse Comentário nos alerta para a importância de não interpretar o direito à alimentação em sentido estrito, ou seja, apenas como “um pacote mínimo de calorias, proteínas e outros nutrientes específicos”.

Outro significado importante nesta abordagem é o de *“sustentabilidade”* que nos alerta para dois requisitos fundamentais de longo prazo: o primeiro é a disponibilidade dos alimentos que deve ser em quantidade e qualidade suficiente para satisfazer as necessidades dietéticas das pessoas, livre de substâncias adversas e aceitável para uma dada cultura; o segundo é o acesso aos alimentos que deve ser de forma sustentável e sem interferir com a fruição de outros direitos humanos.

A importância do DHAA, sobretudo com vista à implementação de políticas apropriadas, tem sido amplamente reconhecida demonstrando a necessidade de se adoptar um enfoque de direitos humanos

na erradicação da fome e da pobreza. Foi por isso que direito foi escolhido como tema do Dia Mundial da Alimentação de 2007 no âmbito do qual se realizaram inúmeras iniciativas por todo o mundo.

A consequência da realização do direito à alimentação adequada enquanto direito humano básico é um patamar Segurança Alimentar e Nutricional para todos. A assinarem e ratificarem o PIDESC e o PIDCP os países assumem obrigações, tanto em relação aos seus cidadãos como com a comunidade internacional.

Caixa 5 - Obrigações dos Estados em relação ao Direito à Alimentação

Respeitar: Significa que os Estados não podem adoptar nenhuma medida que resulte na privação do acesso aos alimentos por parte da população. Isso não significa estar atento apenas à questão alimentar pois existem políticas ou acções de outros sectores que podem incapacitar o acesso aos alimentos. Exemplo: políticas económicas que gerem desemprego, a construção de infra-estruturas – estradas, barragens, etc. – que levem à deslocação de populações, impedimento de acesso à terra, entre outras.

Proteger: Significa que os Estados têm que adoptar medidas de protecção para que empresas ou indivíduos não violem esse direito privando a população de acesso a alimentos. Exemplo: promover legislação e regulamentação adequada de produção, distribuição e comercialização de alimentos, criar instituições reguladoras dos vários sectores, etc.

Realizar: Esta obrigação tem duas dimensões: por um lado significa que os Estados devem promover (facilitar) políticas públicas para garantir esse direito assegurando que a população tem acesso a recursos e a meios de subsistência adequados; por outro significa que os Estados devem garantir condições para que as pessoas possam produzir ou adquirir alimentos suficientes e de qualidade. Exemplo: políticas de abastecimento alimentar, promoção de emprego, políticas de saúde, educação, políticas para grupos populacionais específicos, medidas em caso de catástrofes e emergência, etc.

Para além destas obrigações, os Estados têm que garantir também que as pessoas possam recorrer à justiça no caso do direito à alimentação ser violado, assim como implementar imediatamente medidas de reparação nesses casos. De igual modo, a existência de instituições de monitorização de direitos humanos, independentes do Governo, tal como ONGs que estejam atentas a essa questão, podem ajudar a identificar casos de violação e encaminhá-los para resolução (Ver secção V.3.4).

A realização deste direito deve ser feita de forma progressiva, cabendo aos Estados a obrigação de implementar acções para mitigar a fome. As Directrizes Voluntárias da FAO que a seguir descrevemos são uma ferramenta importante para ajudar os Estados e a sociedade nessa tarefa.

II.2 AS DIRECTRIZES VOLUNTÁRIAS DA FAO

Na CMA:+5 realizada em Roma em 2002 os chefes de Estado e de governo presentes na Cimeira convidaram a FAO, em colaboração com todas as partes interessadas, a elaborar um conjunto de directrizes para apoiar os esforços dos Estados a alcançar a realização progressiva do direito humano à alimentação adequada em cada contexto nacional. Na elaboração desse documento participaram também organizações internacionais, ONGs e outros representantes da sociedade civil. O documento

resultante constitui a primeira iniciativa dos governos em interpretar um dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais e contém um conjunto de recomendações para a apoiar a sua realização⁶.

As 19 Directrizes indicadas não estabelecem obrigações que vinculam juridicamente os Estados mas são um instrumento prático que se baseia nos direitos humanos para ajudar a realizar o direito à alimentação em cada país. A implementação destas directrizes é, em primeiro lugar, da responsabilidade dos Estados embora a contribuição de todos os membros da sociedade seja fundamental para o sucesso nessa implementação.

A implementação destas directrizes é incentivada ao nível da elaboração das estratégias, programas, políticas e leis, particularmente nas que estão relacionados com a SAN. Elas conformam um conjunto de deveres que os Estados, em parceria com a sociedade civil, devem ter em atenção na luta contra a fome. Convém sublinhar que estas directrizes são também uma importante ferramenta para a sociedade civil exigir responsabilidades aos governos em matéria de direito á alimentação. No quadro seguinte apresenta-se de forma tópica essas directrizes.

Quadro 4 – As Directrizes Voluntárias da FAO

Directriz 1	Democracia, boa gestão pública, direitos humanos e o Estado de direito
Directriz 2	Políticas de Desenvolvimento Económico
Directriz 3	Estratégias
Directriz 4	Sistemas de mercado
Directriz 5	Instituições
Directriz 6	Partes interessadas
Directriz 7	Marco jurídico
Directriz 8	Acesso aos recursos e bens
Directriz 9	Segurança dos alimentos e protecção do consumidor
Directriz 10	Nutrição
Directriz 11	Educação e consciencialização
Directriz 12	Recursos financeiros nacionais
Directriz 13	Apoio aos grupos vulneráveis
Directriz 14	Redes de protecção
Directriz 15	Ajuda alimentar internacional
Directriz 16	Catástrofes naturais e provocadas pelo homem
Directriz 17	Monitorização, indicadores e marcos de referência
Directriz 18	Instituições nacionais e direitos humanos
Directriz 19	Dimensão internacional

⁶ As Directrizes Voluntárias da FAO podem ser obtidas em http://www.fao.org/righttofood/kc/downloads/vl/docs/VoluntaryGuidelines_portuguese.pdf.

III.1 AS DISTORÇÕES PROVOCADAS PELO COMÉRCIO INTERNACIONAL

O avanço das políticas neoliberais que se verificou com mais intensidade a partir da década de 1980 tem conduzido a uma completa desregulamentação dos mercados e à liberalização comercial. Este facto foi agudizado com o avançar dos processos de globalização que conduziram a uma maior internacionalização da economia e determinaram uma perda crescente da capacidade dos países para elaborarem as suas próprias políticas agro-alimentares.

A nível global, as actuais regras de comércio definidas no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC) dão clara primazia às grandes corporações internacionais. É por isso que por todo o mundo os pequenos e as populações do mundo rural produtoras de alimentos são os mais prejudicados pois ficam de fora do modelo agro-exportador adoptado e promovido pela OMC.

A definição de políticas alimentares soberanas e condizentes com o direito à alimentação deve estar a cargo dos Estados nacionais e não das regras definidas em favor das potências hegemónicas e das empresas transnacionais. É nesse sentido que ao falar de Soberania Alimentar muitas organizações têm apelado à exclusão dos alimentos e da agricultura dos acordos comerciais estabelecidos no âmbito da OMC, do Tratado de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA), da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), além de outros acordos regionais e bilaterais.

O argumento principal que está na base dessa posição é que tal como está definido neste momento o comércio internacional não é fonte de segurança alimentar porque não é justo. No quadro seguinte podemos ver uma sistematização das principais posições adoptadas pelo modelo neoliberal e das avançadas pelos defensores da soberania alimentar:

Quadro 5 - Comparação do Modelo Dominante (Neoliberal) com o Modelo da Soberania Alimentar

Tema	Modelo Dominante (Neoliberal)	Modelo da Soberania Alimentar
Comércio	Livre Comércio	Alimentos e Agricultura fora dos Acordos Comerciais
Prioridade produtiva	Exportação	Mercados Locais
Preço dos produtos agrícolas	"Lei do Mercado" (não mexer nos mecanismos que impõem preços baixos)	Preços justos que cubram os preços de produção e permitam aos agricultores uma vida digna
Acesso a mercados	Acesso a mercados externos	Acesso a mercados locais; fim do deslocamento dos agricultores dos seus próprios mercados devido à indústria agropecuária
Subsídios	Enquanto se proíbem no Terceiro Mundo, são permitidos nos EUA e UE (mas apenas aos grandes agricultores)	Os subsídios que não prejudiquem outros países (através do <i>dumping</i>) são aceitáveis. p. ex.: garantir que sejam apenas para agricultores familiares, para comercialização directa, apoio de preços, conservação do solo, agricultura sustentável, investigação, etc.
Alimentos	Uma mercadoria	Um Direito Humano
Produzir	Uma opção para os mais eficientes	Um direito dos povos rurais
Fome	Fruto da baixa produtividade	Um problema de acesso e distribuição; Fruto da pobreza e desigualdade
Segurança Alimentar	Consegue-se importando alimentos de onde sejam mais baratos	Aumenta quando a produção de alimentos está nas mãos dos pobres e quando os alimentos se produzem localmente
Controlo sobre os recursos produtivos (Terra, Água, etc.)	Privado	Local; Controlado pela comunidade
Acesso a terra	Através dos mercados	Através da Reforma Agrária

Sementes	Uma mercadoria alvo de patentes	Uma herança comum dos povos ao serviço da humanidade
Crédito e investimentos rurais	Do sector privado	Do sector público, dirigidos à Agricultura Familiar
<i>Dumping</i>	Não é um problema	Deve proibir-se
Monopólio	Não é um problema	A raiz da maior parte dos problemas. Os monopólios devem ser proibidos
Sobreprodução	Não existe, por definição	Conduz à queda dos preços e leva os agricultores à pobreza. São necessárias políticas de maneio da oferta nos EUA e UE
Organismos Geneticamente Modificados (OGMs)	São o futuro	Perigosos para a saúde e Meio Ambiente. Uma tecnologia desnecessária. Devem ser proibidos.
Tecnologia agropecuária	Industrial; monocultura; agrotóxicos; OGMs	Métodos agroecológicos e sustentáveis. Não usa OGMs.
Agricultores	Anacronismos; O ineficiente irá desaparecer	Guardiães da biodiversidade; administradores de recursos naturais; Depositários de conhecimento.

Fonte: Adaptado de Rosset (2003)

III.2 A OPÇÃO POR POLÍTICAS ALIMENTARES SOBERANAS

A discussão da soberania alimentar surgiu a debate público em meados dos anos 1990 como opção para as políticas neoliberais existentes e que são consideradas uma das causas principais do empobrecimento rural. Quando se realizou a CMA em Roma em 1996 a sociedade civil organizou um fórum paralelo com a presença de 1200 organizações provenientes de 80 países e discutiu a necessidade de implementar um modelo alternativo capaz de assegurar a segurança alimentar para todos. Dessa discussão resultaram 6 elementos-chave para reverter o quadro da fome e da pobreza que fazem desse modelo alternativo:

Caixa 6 - Resumo dos elementos-chave para atingir a segurança alimentar:

1. A capacidade das famílias rurais, incluindo as populações indígenas, mulheres, e jovens, juntamente com os sistemas alimentares locais e regionais, deve ser reforçada.
2. A concentração da riqueza e do poder deve ser revertida e tomadas iniciativas para prevenir mais concentração, em particular a Reforma Agrária e a não consideração dos recursos genéticos como um assunto de Propriedade Intelectual.
3. A agricultura e os sistemas de produção de alimentos que se baseiam nos recursos não renováveis, e que afectam negativamente o meio ambiente, devem ser alterados em direcção a um modelo baseado nos princípios da agroecologia.
4. Os governos nacionais e locais e os Estados têm a responsabilidade primeira de garantir a segurança alimentar. A sua capacidade para cumprir esse papel deve ser reforçada e devem ser fomentados mecanismos que assegurem a *accountability*.
5. A participação das organizações sociais e ONGs a todos os níveis deve ser reforçada e aprofundada.
6. A lei internacional deve garantir o Direito à Alimentação, assegurando que a Soberania Alimentar seja considerada primeiro do que políticas macro económicas e da liberalização do comércio. Os alimentos não podem ser considerados *commodities* devido à sua dimensão social e cultural.

Fonte: Declaração do Fórum de ONG pela Segurança Alimentar à CMA, Roma, 1996.

A Soberania Alimentar pode é definida da seguinte forma:

“Soberania alimentar é o DIREITO dos países e povos de definirem as suas próprias políticas de agricultura, emprego, pesca, alimentação e de terra para que sejam ecológica, social, económica e culturalmente apropriadas às suas circunstâncias únicas. Isto inclui o verdadeiro Direito à Alimentação e a produzir alimentos, o que significa que todos os povos têm direito a alimentos são, nutritivos e culturalmente apropriados, bem como aos recursos para a sua produção, e à capacidade para se sustentarem a si mesmos e às suas sociedades.” In: Declaração Política do Fórum das ONG/OSC para a Soberania Alimentar à CMA: +5

Olhando para esta definição vemos que a adopção de políticas soberanas é fundamental para dar primazia aos direitos dos povos e das comunidades à alimentação e produção de alimentos, sobre os interesses do comércio.

Caixa 7 – Recomendações para a sociedade civil

- Reforçaremos os nossos movimentos sociais e desenvolveremos as organizações de camponeses, mulheres, povos indígenas, trabalhadores, pescadores e pobres urbanos em cada um de nossos países;
- Avançaremos na solidariedade e cooperação regional e internacional e reforçaremos nossas lutas comuns;
- Lutaremos por realizar Reformas Agrárias e de pesca genuínas, de pastagens e de florestas, e conseguiremos para conseguir uma redistribuição ampla e integral dos recursos produtivos em favor dos obres e dos sem-terra;
- Lutaremos por uma garantia forte dos direitos dos trabalhadores para organizar, contratar colectivamente e ter condições de trabalho seguras, dignas e salários suficientes;
- Lutaremos por um acesso equitativo das mulheres aos recursos de produção e pelo fim das estruturas patriarcais na agricultura bem como pelos aspectos socio-económicos e culturais da alimentação;
- Lutaremos pelo direito dos povos indígenas à sua cultura, território e recursos produtivos;
- Fazemos uma chamada para pôr fim às políticas económicas neoliberais que foram impostas pelo Banco Mundial, OMC e FMI pelos países do Norte e outros acordos de livre comércio multilateral e regional como a ALCA e NEPAD;
- Solicitamos a saída da agricultura da OMC;
- Lutaremos para parar a engenharia genética e as patentes sobre a vida e pedimos a proibição imediata da tecnologia “terminator” e outras similares que usam restrição genética;
- Exigimos o fim da utilização de OGMs na Ajuda Alimentar;
- Pedimos o término imediato das guerras nos povos e nas terras de todo o mundo e o fim da ocupação ilegal da Palestina, o embargo a Cuba e ao Iraque e o uso de alimentos como elemento de chantagem;
- Solicitamos o apoio para o desenvolvimento e disseminação de sistemas de produção agroecológicos;
- Exigimos uma Convenção sobre a Soberania Alimentar no sentido de incluir os princípios da Soberania Alimentar na lei internacional e para instituir a Soberania Alimentar como principal quadro político para lidar com as questões dos alimentos e agricultura.

Fonte: Declaração Política do Fórum das ONG/OSC para a Soberania Alimentar à CMA: +5, Roma, 2002.

IV.1 A FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS NACIONAIS DE SAN

Em decorrência dos compromissos assumidos no plano internacional e regional (ver secção I.5) inúmeros países estão neste momento a trabalhar na formulação de estratégias e programas nacionais de SAN com vista a cumprir as metas estabelecidas. Quando a CMA de 1996 definiu o célebre objectivo de “reduzir pela metade o número de pessoas desnutridas até 2015”, estabeleceu também um Plano de Acção para o atingir. Entre as principais recomendações encontra-se a formulação de políticas nacionais de SAN:

A implementação das recomendações do Plano de Acção da CMA é uma responsabilidade de cada Estado, mediante a legislação nacional e a formulação de estratégias, políticas, programas com o objectivo de conseguir a segurança alimentar. In: Plano de Acção da CMA (Roma, 1996).

Uma política nacional de SAN pode ser definida como um conjunto de acções do Governo que conformam um compromisso público para garantir a SAN a toda a população. As estratégias e programas nacionais com os seus correspondentes planos de acção que vêm sendo formulados em inúmeros países constituem exemplos de políticas públicas de SAN. No caso dos PALOP e de muitos outros países esses programas estão a ser formulados com apoio técnico da iniciativa PESA.

O **Programa Especial de Segurança Alimentar (PESA)** é uma iniciativa da FAO que tem como principal objectivo apoiar os países para conseguirem atingir o primeiro dos ODMs. O PESA actua em mais de 100 países e entre as suas actividades está o apoio técnico aos governos na formulação de programas nacionais e/ou regionais de SAN. Nesse âmbito a FAO tem como função: i) facilitar o processo de formulação e execução dos programas; ii) intervir como catalizador para obter compromissos políticos mais fortes; iii) proporcionar sinergias com doadores e prestar apoio técnico.

Para além do apoio na formulação de programas nacionais o PESA desenvolve também intervenções piloto de pequena escala, simples e de baixo custo (intensificação, diversificação, gestão de água, *etc.*) e utiliza enfoques participativos com base em alianças com diversos actores.

Desde a sua implementação em 1994 que o PESA evoluiu em termos do enfoque adoptado, mudando de uma abordagem mais centrada nas tecnologias (Produção) para uma abordagem mais centrada nas pessoas. Ou seja, o PESA abandonou o seu único objectivo de incrementar a produção agrícola, passando a procurar formas de melhorar o acesso das pessoas aos alimentos. Nessa linha tem vindo a propor o “**enfoque de dupla-via**” que olha tanto o lado da produção de alimentos como o lado do acesso: Via 1) Por um lado, é necessário criar oportunidades para que os famintos melhorem os seus meios de vida através da promoção do desenvolvimento agrícola e rural com reformas políticas e investimentos na agricultura; Via 2) Por outro, é necessário ter uma intervenção directa através de programas que facilitem o acesso imediato aos alimentos.

Quadro 6 - Enfoque de dupla-via

Via 1 - Fortalecer a produtividade e os rendimentos	Via 2 – Aumentar o acesso aos alimentos
Desenvolvimento sustentável dos pequenos produtores (melhor gestão da água, fertilidade do solo, pragas, tecnologias sociais de baixo custo, etc.)	Alimentação materno-infantil (incluindo suplementos nutritivos)
Agricultura urbana e peri-urbana e silvicultura (melhoria dos sistemas de produção)	Alimentação escolar
Hortas escolares (associadas à alimentação escolar)	Educação nutricional
Reforma Agrária	Prestações de desemprego e reforma assim como transferências condicionadas de dinheiro.
Desenvolvimento de mercados	Alimentos por trabalho
Inocuidade e qualidade dos alimentos	Merenda escolar
Infra-estrutura Rural	Restaurantes populares e cantinas nas fábricas
Investigação e extensão (especialmente capacitação de instrutores para processos de aprendizagem participativa)	Bancos de alimentos
Gestão de recursos naturais (incluindo biodiversidade)	
Capacitação profissional e alfabetização de adultos (associada a redes de protecção social)	

Fonte: Programa Especial de Segurança Alimentar (FAO)

Os conteúdos e componentes de cada política nacional são diferentes de país para país embora os existam alguns **pontos comuns à maioria dos programas existentes**:

- Uma liderança forte e com visão de futuro que faça da erradicação da fome um verdadeiro objectivo nacional para o qual todos os cidadãos sintam que contribuem.
- Boa governança, estabilidade económica e social e paz.
- Um compromisso total, não só por parte de governos, como também por parte de instituições da sociedade civil, para com alianças cujos membros combinem esforços para trabalhar em conjunto, e numa base interdisciplinar, na implementação de acções práticas para erradicar a fome.
- Políticas de suporte e um ambiente legal que aborde questões como subsídios, tarifas, taxas de câmbio, descentralização e acesso a terra e recursos hídricos, bem como o direito à alimentação.
- Um sistema de avaliação e monitorização, capaz de gerar informação credível acerca do impacto e dos custos de programas, bem como de minimizar os riscos de uma administração corrupta.

As políticas nacionais de SAN devem ser formuladas com base em diagnósticos apropriados que indiquem as reais condições de insegurança alimentar e os sectores a envolver. A definição de uma estratégia de intervenção ampla e articulada com objectivos e eixos de actuação bem identificados é fundamental para a definição das acções e programas a levar a cabo com a política.

De uma maneira geral, os seguintes **princípios básicos** devem ser observados quanto ao processo de formulação de uma política de SAN:

- **Forte compromisso político:** Os governos nacionais devem assumir um compromisso político inequívoco para com o combate à fome. Esse compromisso deve ser ao mais alto nível para que todos os ministérios se comprometam em integrar a formulação e a implementação da política nacional.
- **Princípio do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA):** Sugere-se que a definição de estratégias e programas nacionais de SAN tenham em conta as Directrizes Voluntárias da FAO sobre o direito à alimentação pois estas proporcionam uma orientação prática aos Estados no que se refere aos seus esforços para conseguir a realização progressiva desse direito em cada contexto nacional, com vistas a alcançar os objectivos do Plano de Acção da Cimeira Mundial da Alimentação (Roma, 1996).
- **Múltiplas dimensões da SAN:** As linhas orientadoras e as acções constantes da política devem ter em conta uma visão integrada que incorpore todas as dimensões da SAN (disponibilidade, acesso, utilização, estabilidade); O carácter abrangente e multidisciplinar desta questão implica uma articulação entre aspectos produtivos, económicos, sociais, nutricionais, educacionais, entre outros.
- **Intersectorialidade:** Significa que tem que existir um planeamento e uma coordenação das acções a desenvolver entre todos os sectores do Governo com intervenção em matérias relacionadas com a SAN (Saúde, Agricultura, Acção, Social, Educação, Economia, Planeamento, etc.); A multidimensionalidade da SAN exige que a política seja intersectorial.
- **Enquadramento da política de SAN:** A política que se define deve tomar em linha de conta as acções que já estão a ser desenvolvidas no país. A política pode, por exemplo, articular essas acções e identificar outras que as complementem.
- **Participação Social:** A participação dos vários sectores sociais é factor decisivo na elaboração da política no sentido de incorporar diversas experiências e opiniões; A participação deve incidir tanto ao nível do processo de formulação (consultas públicas) como na implementação e acompanhamento das acções; É determinante a criação de espaços de discussão e participação bem como a disponibilização de informação em todas as fases do processo.
- **Descentralização:** Definição de responsabilidades e tarefas entre as várias instâncias de Governo (central e provincial) e entre Governo e Sociedade Civil; Incorporar uma lógica de intervenção abrangente na definição da política que incorpore iniciativas regionais e locais, i.e., país, província e comunidade na sua implementação.
- **Equidade:** Incorporação de princípios básicos na política que combatam formas de desigualdade (social, económica, género, étnicas, etc.) e que tenham em conta critérios democráticos e transparentes.
- **Atribuição de recursos:** É necessário articular a atribuição de recursos com uma conveniente definição de custos e processos de gestão adequados; Coordenação entre os vários Ministérios quanto aos recursos disponíveis e adopção de mecanismos de gestão eficazes.

Caixa 8 - Sete recomendações da Task Force sobre a Fome

1. Passar dos compromissos políticos à prática

Defender a acção política para fazer cumprir acordos inter-governamentais de erradicação da fome.
Reforçar as contribuições dos países doadores e dos governos nacionais para actividades de combate à fome
Melhorar a consciencialização pública sobre questões ligadas à fome e fortalecer organizações de advocacy
Fortalecer organizações de países em desenvolvimento que trabalham com a redução da pobreza e com a fome
Fortalecer a recolha de dados precisos, a monitorização e a avaliação.

2. Reformar políticas e criar um ambiente propício

Promover uma abordagem política integrada à redução da fome
Restabelecer a prioridade orçamental para os sectores agrícola e rural
Desenvolver a capacidade para atingir o Objectivo da erradicação da fome em países desenvolvidos
Articular intervenções agrícolas e nutricionais
Aumentar o acesso à terra e a outros recursos produtivos por parte de pessoas pobres
Conferir poder às mulheres e às meninas
Fortalecer a investigação agrícola e nutricional
Remover barreiras internas e regionais ao comércio agrícola
Aumentar a eficiência de programas de agências doadoras relacionados com a fome
Criar parcerias dinâmicas para assegurar a implementação efectiva de políticas

3. Aumentar a produtividade agrícola dos agricultores que sofrem de insegurança alimentar

Melhorar a saúde do solo
Fortalecer e expandir a gestão de água de pequena escala
Facilitar o acesso a sementes e outros materiais de plantio de melhor qualidade
Diversificar iniciativas em propriedades com produtos de valor elevado
Estabelecer serviços de extensão agrícola eficientes

4. Melhorar a nutrição dos famintos crónicos e vulneráveis

Promover a nutrição materna e infantil
Reduzir a malnutrição entre crianças com menos de cinco anos
Reduzir a malnutrição entre crianças e adolescentes em idade escolar
Reduzir deficiências de vitaminas e minerais
Reduzir a prevalência de doenças infecto-contagiosas que contribuem para a malnutrição

5. Reduzir a vulnerabilidade dos famintos agudos através de redes de segurança na produção

Construir e reforçar sistemas nacionais e locais de alerta precoce
Construir e fortalecer a capacidade nacional e local de resposta a emergências
Investir em redes de segurança na produção para proteger os mais pobres de choques a curto-prazo e para reduzir a insegurança alimentar de longo-prazo

6. Aumentar os rendimentos e adaptar os mercados aos pobres

Investir em infra-estruturas relacionadas com mercados e mantê-las
Desenvolver redes de pequenos comerciantes rurais de meios de produção agrícola
Facilitar o acesso a serviços financeiros para os pobres e pessoas que sofrem de insegurança alimentar
Disponibilizar e reforçar um sistema legal e regulador sólido
Reforçar o poder de negociação dos pobres rurais e urbanos em mercados de trabalho
Assegurar o acesso a informações sobre mercados por parte dos pobres
Promover e fortalecer associações comunitárias e associações de agricultores
Promover fontes alternativas de emprego e de rendimentos

7. Recuperar e conservar os recursos naturais essenciais à segurança alimentar

Ajudar comunidades e famílias a recuperar e a melhorar os recursos naturais
Assegurar a propriedade, acesso e direito de gestão locais de florestas, zonas pesqueiras e áreas de pastagem
Desenvolver "empresas verdes" baseadas em recursos naturais
Pagar a comunidades rurais pobres por serviços ambientais

Fonte: UN Millennium Project Task Force on Hunger,

IV.1.1 Particularidades da política de SAN no Brasil

No contexto da formulação de políticas de SAN inúmeros países estão neste momento de olhos postos no Brasil, tentando conhecer e aprender com sua experiência. No caso dos PALOP, nomeadamente em Moçambique e Angola, nota-se uma clara tentativa de aproximação ao enfoque brasileiro com vista a incorporar, entre outros, requisitos de intersectorialidade e participação social nos respectivos processos.

De facto o Brasil tem assumido um enorme protagonismo em termos internacionais em matéria de combate à fome e promoção da SAN o que se deve à visibilidade e efeitos práticos conferida ao Programa Fome Zero, sua principal política, mas também a outras iniciativas. A principal razão para os avanços realizados no Brasil foi o enorme compromisso político com que o Presidente Lula da Silva abraçou o combate à fome desde a sua eleição em 2002. Em termos institucionais, um avanço muito significativo foi conseguido em 2006 com a aprovação da Lei Orgânica de SAN (Lei nº 11.346, de 15 de Setembro de 2006) que incorpora o direito à alimentação na legislação nacional e adopta uma concepção abrangente e intersectorial colocando a SAN como uma política de Estado permanente.

Caso 1 - O Programa Fome Zero no Brasil

O Programa Fome Zero (PFZ) foi lançado em 2003 e tem sido reconhecido como uma política capaz de melhorar a segurança alimentar contribuindo para a realização do direito à alimentação. Este programa combina acções de longo prazo para reduzir a pobreza com medidas imediatas para garantir acesso aos alimentos pelos grupos mais vulneráveis. A abordagem multidisciplinar e intersectorial adoptada permite uma acção integrada de vários Ministérios que implementam políticas em diversas áreas: acesso à alimentação, expansão da produção, consumo de alimentos saudáveis, geração de trabalho e rendimento, melhoria na escolarização, nas condições de saúde, no acesso ao abastecimento de água.

Hoje o PFZ é coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e consiste em mais de trinta programas complementares divididos em quatro eixos articuladores:

Eixo 1 - Acesso aos alimentos: Bolsa Família; Restaurantes Populares; Bancos de Alimentos; Cisternas; Alimentação Escolar; Agricultura Urbana e Hortas Comunitárias; Distribuição de Vitamina A; Educação Alimentar, *Etc.*

Eixo 2 - Fortalecimento da Agricultura Familiar: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar; Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar; Seguro de Agricultura Familiar, *Etc.*

Eixo 3 - Geração de Renda: Qualificação social e profissional; Organização produtiva de comunidades; Microcrédito; Desenvolvimento de Cooperativas, *Etc.*

Eixo 4 - Articulação, Mobilização e Controle Social: Mutirões e doações; Parcerias com empresas e outras entidades; Casa das famílias; Capacitação de agentes públicos e locais; Conselhos Sociais, *Etc.*

Algumas das principais lições do PFZ são:

- Um forte compromisso político, preferencialmente supra-partidário e que tenha um amplo apoio popular é fundamental para a implementação da política de SAN;
- É importante actuar de forma rápida para ampliar a capacidade de produção ou aquisição de alimentos pela população que vive em insegurança alimentar e simultaneamente desenvolver instituições, políticas e programas de carácter estrutural;
- É necessário adoptar um enfoque multisectorial para a SAN que promova um acordo entre os vários sectores em matéria de produção, comercialização e consumo de alimentos;

- A sociedade civil tem um papel fundamental na definição, implementação e monitorização das políticas públicas;

- É importante diferenciar as necessidades e oportunidades para melhorar a SAN no meio rural e também urbano;

Para informações detalhadas sobre estes e outros programas consulte www.fomezero.gov.br.

Por essa razão, e porque o formato da política Fome Zero tem sido incentivada também pelos organismos internacionais, em particular pela FAO no âmbito da formulação de políticas de SAN, entendemos oportuno descrever aqui algumas particularidades dessa experiência.

A abordagem da SAN hoje em uso no Brasil tem como princípios basilares o Direito Humano à Alimentação e a Soberania Alimentar (ver Parte II e III deste documento). Para além desses dois princípios que lhe servem de base destacaremos em seguida três aspectos que julgamos conferem alguma peculiaridade ao enfoque brasileiro: i) a colocação da SAN como estratégia de desenvolvimento; ii) a intersectorialidade das suas acções e políticas; e iii) o elevado nível de mobilização e participação social inerente.

A colocação da **SAN como eixo estratégico de desenvolvimento** justifica-se por se considerar que existe uma questão alimentar inerente aos processos de desenvolvimento dos países o que se deve pelo menos a três factores fundamentais: i) a alimentação constitui um direito humano básico enquanto condição vital para a nossa existência; ii) o sistema alimentar, i.e., o conjunto das actividades ligadas à produção, distribuição e consumo de alimentos, desempenha um papel central na configuração económica, social e cultural dos países; e iii) as questões relacionadas com a alimentação são uma fonte constante de mobilização social e objecto permanente das políticas públicas (MALUF e MENEZES, 2000:5). Um outro ponto a destacar é que neste âmbito o enfoque brasileiro pretende “descolar” a SAN do objectivo único de erradicar a fome e combater a desnutrição – trazido pelos enfoques mais convencionais – assumindo acções de carácter assistencial ou emergencial com políticas estruturais e sectoriais; assim como não coloca sua tónica na questão da disponibilidade de renda (apesar de sua evidente importância) como determinante único do acesso aos alimentos. O argumento é que a promoção da SAN mantém uma relação de mão-dupla⁷ com a equidade social e que essa equação contribui para a configuração dos padrões de desenvolvimento do país (MALUF, 2001:147).

A **intersectorialidade das políticas e programas em matéria de SAN** significa desenvolver acções articuladas e coordenadas, utilizando os recursos existentes em cada sector (materiais, humanos, institucionais) de modo mais eficiente, direccionando-os para acções que obedeçam a uma escala de prioridades estabelecidas em conjunto (CONSEA, 2004:4), o que evidencia as múltiplas dimensões relacionadas com a questão alimentar. Este requisito coloca o enorme desafio de aproximar os diferentes sectores de governo envolvidos com a SAN, levando à necessidade de criar adequados mecanismos institucionais, como por exemplo o Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA).

O terceiro aspecto que queremos sublinhar é o da **mobilização e participação social**, que no caso do Brasil foi muito importante para colocar a SAN como prioridade política. Por um lado, este requisito diz-nos que a manutenção da SAN na agenda do governo depende, em grande parte, da capacidade de mobilização da sociedade civil; por outro, diz-nos que a promoção da SAN é uma responsabilidade

⁷ Esta relação de mão-dupla (*equidade social* ⇔ *questão alimentar*) evidencia-se da seguinte forma: por um lado, uma maior equidade social, i.e., diminuição da desigualdade, aumento do nível de emprego, melhores salários, igualdade de oportunidades, é pré-condição para garantir segurança alimentar; por outro, a questão alimentar participa também da construção da equidade social (MALUF, 2001:147).

colectiva, tanto do Estado como de toda a sociedade, em que nenhuma das partes de forma isolada pode conseguir esse objectivo. Por isso, a SAN necessita de acções conjuntas e coordenadas com a participação da sociedade nos processos de formulação, implementação e monitorização das políticas, em todas as esferas de governo de tal forma que se promova um maior controlo social.

IV.2 AS POLÍTICAS NACIONAIS DE SAN NOS PALOP

A introdução da SAN na agenda política dos PALOP tem uma forma similar em todos os países pois aconteceu sobretudo pela via do combate à pobreza associada aos intentos de recuperação económica a partir da década de 1990. As situações de conflito armado nestes países, particularmente grave nos casos de Angola, Moçambique e Guiné-Bissau, deixaram um quadro dramático, em que a maior parte das infra-estruturas (vias de comunicação, sistemas de abastecimento de água, energia, etc.) foram destruídas, a economia desestruturada, elevados fluxos migratórios (rural-urbano e para o exterior), o que resultou em um quadro de profunda instabilidade social e uma situação de fome e pobreza. Essas estratégias e planos de redução da pobreza⁸ surgiram sobretudo como exigências do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional no âmbito das negociações do perdão da dívida externa dos países e das suas acções de financiamento. Em termos gerais, estes documentos descrevem as políticas e programas macroeconómicos estruturais e sociais de promoção de crescimento e redução da pobreza, assim como as necessidades financeiras externas a eles associadas, sendo frequente encontrar algumas referências a temas transversais à SAN.

Para além desses instrumentos de redução da pobreza, todos os PALOP optaram também por formular políticas nacionais de SAN. Apesar de se encontrarem em diferentes estágios, todos têm em curso processos de formulação e/ou implementação de estratégias e programas nacionais de SAN que se pretende venham a conformar uma política nacional nessa matéria.

O estágio mais avançado é o de **Moçambique** onde existe uma Estratégia de SAN (ESAN) e um correspondente Plano de Acção (PASAN) desde 1998 sendo considerada um instrumento imprescindível para o desenvolvimento económico e social de Moçambique. Esta política é coordenada e implementada pelo Secretariado Técnico de SAN (SETSAN), estrutura vinculada ao ministério da agricultura. Nessa estratégia o Governo moçambicano definiu como objectivo global “garantir que todos os cidadãos tenham, a todo o momento, acesso físico e económico aos alimentos necessários, de modo a que tenham uma vida activa e saudável”, para o qual define os seguintes objectivos: i) existência de uma disponibilidade suficiente de alimentos com qualidade e variedade adequadas; ii) acesso aos alimentos através da produção própria, compras, trocas, ofertas, etc.; e ii) que as pessoas sejam capazes de utilizar os alimentos de modo adequado (ESAN, 1998:3). A ENSA de Moçambique consiste numa estratégia multisectorial que tenta implementar acções articuladas com os vários sectores de governo, assim como com as várias províncias numa óptica de descentralização.

Após uma avaliação dos impactos e resultados dessa estratégia, Moçambique prepara-se para a aprovação da ESAN II (2008-2015). Para a nova ESAN II o Governo pretende incluir outros elementos relacionados com educação, nutrição e água assim como colocar o direito humano à alimentação como base do seu enfoque. Em termos institucionais, esta nova estratégia tem também o desafio de colocar a SAN no quadro legal e jurídico (Constituição da República e leis) bem como aprofundar e implementar o Conselho Nacional de SAN.

⁸ Estes documentos são vulgarmente conhecidos como PRSP - Poverty Reduction Strategy Paper. Os documentos por país podem ser obtidos em <http://www.imf.org/external/np/prsp/prsp.asp>.

Caso 2 - O SETSAN de Moçambique

Em Moçambique o *Secretariado Técnico de Segurança Alimentar e Nutricional* (SETSAN) foi criado para coordenar a implementação da ESAN. Esta estrutura propõe-se coordenar todas as actividades relacionadas com a planificação de intervenções às populações em situação de insegurança alimentar, a formulação de políticas e a avaliação e monitoria das respectivas acções.

O SETSAN possui também estruturas ao nível das províncias (SETSAN-Regionais), com estrutura semelhante ao SETSAN-Central, cujo mandato é exercido pela Direcção Provincial de Agricultura e Desenvolvimento Rural. Apesar de ainda não estar implementado em todas as províncias, esta conformação dá indícios de caminhar no sentido da desejada descentralização, funcionando como ponto focal da estrutura central.

Esta estrutura é muito importante pois procurar actuar como organismo articulador em matéria de SAN, possuindo representantes de vários ministérios, da sociedade civil e dos organismos internacionais, o que resulta em uma importante instância de diálogo no país.

Por outro lado, seria desejável que uma instância de articulação nacional de SAN deve-se possuir uma institucionalidade mais elevada, em lugar de estar vinculada a um sector específico – no caso, o Ministério da Agricultura. O carácter intersectorial da SAN justifica a criação de uma estrutura supra ministerial, como por exemplo um Conselho Nacional de SAN vinculado ao Presidente da Republica ou Primeiro-ministro.

Para mais informações consulte <http://www.setsan.org.mz/>.

Outros instrumentos políticos existentes em Moçambique importantes para a promoção da SAN são, por exemplo, o *Plano de Acção de Redução da Pobreza* (PARPA) e o *Plano Nacional de Desenvolvimento Agrário* (PROAGRI). Para além desses cabe também referir a *Lei de Terras* (define a terra como propriedade do Estado a qual não pode ser vendida, embora se prevejam formas de uso e aproveitamento); *Estratégia de Género do Sector Agrário* (que procura incorporar a dimensão de género nas políticas e programas do sector agrário através de acções que tenham impacto positivo na vida dos grupos populacionais mais vulneráveis); *Política Agrária e Estratégia de Intervenção* (integrada no programa de governo, tem como principais objectivos a recuperação da produção agrária com vistas a atingir progressivamente; a auto-suficiência e reserva alimentar em produtos básicos; o fornecimento de matérias-primas à indústria nacional; e contribuição para o aumento dos níveis de comercialização de produtos de exportação); *Programa Nacional de Água Rural* (concebido para melhorar o acesso à água potável, consiste na reabilitação e instalação de fontes de abastecimento de água na zona rural, incluindo poços, furos e pequenos sistemas de bombeamento).

O Governo de **Cabo Verde** tem em curso uma Estratégia Nacional de Segurança Alimentar (ENSA) para o período 2003-2015 com o objectivo geral de “assegurar o acesso permanente da população a uma alimentação suficiente, saudável e nutritiva, sem prejuízo da satisfação de outras necessidades básicas”. Os objectivos 6 específicos definidos para esta estratégia são: i) Promover e assegurar o desenvolvimento de uma agricultura mais produtiva, diversificada e durável; ii) Garantir a disponibilidade e estabilidade dos produtos alimentares nos mercados centrais e periféricos; iii) Melhorar o acesso económico e social aos bens alimentares de base e aos serviços sociais de base nos meios urbano e rural; iv) Melhorar os dispositivos de prevenção e gestão de crises no quadro do sistema de segurança alimentar; v) Reforçar as capacidades institucionais dos actores e promover a boa governação da segurança alimentar; e vi) Assegurar a segurança sanitária e a qualidade dos alimentos e da água, com vista à protecção da saúde pública e do consumidor.

As orientações estratégicas que foram definidas incluem: i) a boa governação; ii) Integração da segurança alimentar nas estratégias e políticas de crescimento; iii) Promoção do desenvolvimento económico e social do meio rural; iv) Mobilização e gestão dos recursos hídricos; v) Integração da

gestão da segurança alimentar numa estratégia de luta contra a pobreza e de redução das desigualdades; e vi) Garantia de um desenvolvimento ecologicamente sustentável. Os três princípios norteadores da ENSA de Cabo Verde são: i) Manter a responsabilidade pública da segurança alimentar; ii) Integrar a gestão da segurança alimentar nos processos de descentralização e de Reforma do Estado; e iii) Promover a participação da população e das comunidades. A coordenação da ENSA está a cargo da Comissão Nacional de Segurança Alimentar que se afirma como instância pluridisciplinar de concertação e articulação de políticas e programas relacionados com a SAN.

Em **Angola** o Programa Nacional de Segurança Alimentar está em formulação desde Junho de 2006 e deve constituir-se na iniciativa mais relevante em matéria de SAN no futuro próximo no país. A formulação deste programa está a ser liderada pelo Ministério da Agricultura através do Gabinete de Segurança Alimentar (GSA) e conta com apoio técnico da FAO. Apesar da sua localização sectorial nesta fase de formulação, espera-se que este programa atinja pressupostos de intersectorialidade abrangendo outros sectores governamentais. Por esse motivo tendo sido constituída uma equipa técnica composta por elementos de vários ministérios responsável pela sua formulação. Essa equipa multiministerial já efectuou uma análise à situação da insegurança alimentar no país, identificando as regiões e grupos mais vulneráveis, seus determinantes e manifestações, e encontra-se neste momento em fase de revisão da legislação e análise das iniciativas relacionadas com a SAN em cada sector do governo. Espera-se que a breve trecho estejam definidos os objectivos, componentes principais, quadro institucional e plano de implementação do PNSAN, ao que se seguirão várias consultas públicas descentralizadas e a nível nacional. Nota importante a reter é a vontade de incorporar no PNSAN um conselho nacional que promova a articulação intersectorial.

Na **Guiné-Bissau** existem vários projectos locais com vista à promoção da SAN quer por iniciativa do Governo, quer por iniciativa de algumas ONG nacionais e internacionais. No entanto, o Governo assumiu já o forte compromisso político de formular uma política nacional abrangente nessa matéria e tem já em andamento a formulação do seu Programa Nacional que tentará passar dos programas pontuais para uma intervenção articulada à escala nacional.

Por fim, cabe sublinhar que o Governo de **São Tomé e Príncipe** também já tomou a decisão de formular uma política nacional de SAN, cuja formulação irá arrancar em 2008.

IV.3 A PARTICIPAÇÃO SOCIAL NAS POLÍTICAS PÚBLICAS

A importância da participação social nas políticas públicas tem sido incentivada a todos os níveis porque se compreende que a sociedade civil tem um papel fundamental na gestão e controlo das políticas. Participar significa intervir a todos os níveis da política desde a sua formulação, implementação, monitorização e avaliação. A necessidade da participação dá-se pelo próprio carácter “público” de qualquer política de Governo o que significa que os beneficiários dessa política devem ser envolvidos em todas as suas fases.

A principal razão para aumentar os níveis de participação social nas políticas públicas é que a melhoria dos mecanismos democráticos em todas as suas fases contribui de forma significativa para uma maior e melhor distribuição dos recursos públicos o que favorece os grupos mais pobres e mais vulneráveis porque passam a ter mais acesso a esses mesmos recursos.

Para que exista uma participação social de qualidade nas políticas são necessários, pelo menos, dois ingredientes fundamentais: por um lado é **necessário que a sociedade civil esteja fortalecida e**

tenha capacidade e qualidade de intervir nas políticas; por outro é **necessário que existam espaços públicos de participação**.

Em relação ao primeiro factor parece irrefutável que a união de esforços entre várias organizações conformando **redes de trabalho** que actuem a diferentes níveis reforça de forma muito clara a sua capacidade de intervenção ao nível das políticas porque lhes possibilita funcionar como interlocutores com governos, doadores e organismos internacionais de forma mais eficaz. A enorme diversidade de organizações (Associações, ONGs, redes, sindicatos, Universidades, etc.) que interagem no interior do sistema de SAN abrange uma enorme diversidade de temáticas constituindo um manancial determinante para, em conjunto com governos, melhorarem a situação de insegurança alimentar da população.

Em relação ao segundo factor a existência de **espaços públicos de participação** adequados é capaz de promover um maior contacto e interacção entre governo e sociedade civil levando a que inúmeros sectores sociais excluídos tenham acesso a outras formas de representação. Estes espaços públicos funcionam como ampliação e democratização da gestão do Estado pois aumentam a transparência e o número de actores envolvidos.

Existem vários exemplos de formatos para esses espaços públicos como sejam conselhos nacionais e municipais de políticas e programas, os fóruns temáticos, as câmaras sectoriais, etc. Os conselhos nacionais de SAN parecem revelar um bom exemplo de articulação entre sociedade civil e Governo na gestão das políticas públicas devendo ser incentivados em todos os países.

Caso 3 - O CONSEA do Brasil

O *Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA)* é um espaço de participação que articula governo e sociedade civil e que tem por função propor directrizes para acções na área da alimentação e nutrição.

Este conselho é sempre presidido por um representante da sociedade civil e possui um carácter consultivo e de assessoria do Presidente da República no que respeita à formulação de políticas e à definição de orientações para que o país garanta o direito humano à alimentação.

A criação deste espaço permitiu estimular a sociedade para participar na formulação, execução e acompanhamento das políticas de SAN. O Conselho é constituído por 1/3 de representantes governamentais e 2/3 de representantes da sociedade civil, escolhidos de acordo com determinados critérios, para além de observadores convidados.

O CONSEA possui também três Câmaras Temáticas que têm como objectivo aprofundar temas e elaborar propostas que serão tratados nas reuniões do conselho. São elas: Produção e Abastecimento; Saúde e Nutrição e Programas para Grupos Populacionais Específicos. Para além disso, possui ainda quatro Comissões Permanentes com o objectivo de fazer propostas para questões de natureza permanente e que envolvam relacionamento sócio-institucional.

Para mais informações consulte: <https://www.planalto.gov.br/Consea/exec/index.cfm>.

V.1 O QUE SÃO REDES DA SOCIEDADE CIVIL?

Apesar de não ser um fenómeno novo, as redes sociais têm emergido nos últimos anos como uma forma de trabalhar inovadora e com resultados muito positivos. No fundo, a inovação consiste nas metodologias de trabalho conjuntas adoptadas pelas organizações da sociedade civil para resolver problemas, integrando vários membros com características diferentes e, na maior parte dos casos, distanciados entre si em termos geográficos. Claro está que as novas tecnologias da informação, nomeadamente a Internet, contribuíram para a expansão desta forma de trabalhar. O que é certo é que a maior facilidade e rapidez na troca de informação, a articulação institucional de vários parceiros e a implementação de projectos comuns através das redes revela inegáveis vantagens.

Em termos gerais, as redes da sociedade civil podem ser definidas como uma metodologia de trabalho através da qual se cria um sistema de relações capaz de organizar pessoas e organizações de forma democrática e através de métodos participativos em torno de princípios e objectivos comuns e que levam à transformação social.

V.1.1 Características das Redes

As redes da sociedade civil a que nos estamos a referir distinguem-se de outras redes institucionais existentes por várias razões. Mas uma característica fundamental das primeiras diz respeito à horizontalidade das relações entre os seus membros. Atente-se nas seguintes figuras:

Fig. 2 – Estrutura Piramidal

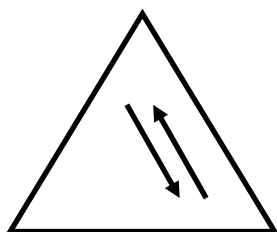
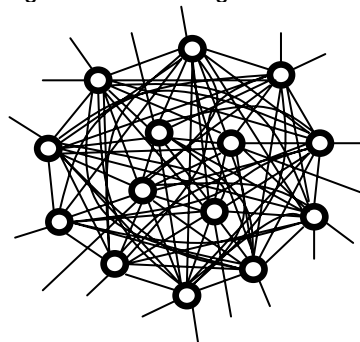


Fig. 3 – Estrutura Organizacional



No primeiro caso temos uma estrutura típica de hierarquia na qual a circulação de informação se dá de cima para baixo (como ordens) obtendo-se um retorno de baixo para cima (cumprimento das ordens). Existe uma clara delegação de poder dos níveis inferiores para os superiores. Esta é uma estrutura de relacionamento típica do Estado, das empresas, da igreja, da escola ou da família. As suas principais características são subordinação, individualismo, concentração de poder, controle da informação e competição entre os vários intervenientes.

O segundo caso corresponde às redes da sociedade civil que fazemos referência através das quais as relações se dão de forma horizontal, descentralizadas e sem concentração de poder. É fácil de perceber que os fluxos de comunicação se dão em todas as direcções e que não há controlo da informação, ou seja, qualquer membro pode colocar informação circular e qualquer membro tem acesso a essa mesma informação. Nestas redes não há subordinação e quem tem poder é quem toma as iniciativas, sendo qualquer membro livre de o fazer. Todos têm capacidade de estabelecer conexões e relações entre si. As responsabilidades entre os vários membros são distribuídas em função dos objectivos definidos. A seguir identificam-se outras características e princípios de uma Rede da

Sociedade Civil para a Segurança Alimentar que devem servir de orientação para a sua constituição e funcionamento:

Caixa 9 - Características de uma Rede da Sociedade Civil

Luta por um objectivo comum: O espírito do trabalho da rede baseia-se na existência de um propósito comum que é capaz de unificar posições de organizações diferentes. No caso das Redes de SAN o objectivo básico subjacente é a luta pelo direito humano à alimentação que garanta uma alimentação suficiente, com qualidade e de forma permanente a todos, sem comprometer outras necessidades básicas e com base nos padrões culturais próprios, de tal forma que se atinja um patamar de segurança alimentar e nutricional digno com a existência humana e com garantia da soberania dos países.

Pluralidade de actores envolvidos: Devem fazer parte de uma rede de segurança alimentar um conjunto diversificado de actores como ONGs, Associações movimentos de camponeses e da agricultura familiar, grupos e jovens, organizações de mulheres, grupos religiosos, organizações de consumidores, centros de estudo e pesquisa, organizações de apoio a pessoas com HIV/Sida, etc.

Diversidade de temas em discussão: O carácter multidisciplinar e intersectorial da SAN exige que vários temas estejam em cima da mesa de discussão. Nesse sentido, é desejável que entre os actores envolvidos existam organizações vocacionadas para temas diversificados como: agricultura, pescas, florestas, biodiversidade e recursos genéticos, agroecologia, acesso a terra e outros recursos (água, sementes, crédito), género, saúde e nutrição, HIV/Sida, comércio, etc.

Capilaridade e abrangência da sua intervenção: O trabalho em rede permite uma maior capilaridade territorial pois consegue trazer pequenas organizações que estão distanciadas dos centros de discussão para trabalhar em conjunto. Dessa forma consegue-se dar voz aos que têm mais dificuldades em partilhar os seus problemas e propostas. Por outro lado, a própria estrutura da rede permite ultrapassar as fronteiras nacionais para se relacionar a nível regional e internacional com outras organizações. Isso amplia a possibilidade de troca de experiências e partilha de soluções.

Participação e cooperação: A rede só funciona se todos os membros estiverem envolvidos e motivados para trabalhar em conjunto em prol do objectivo comum. Uma vez que nenhuma organização é obrigada a entrar ou a permanecer na rede, a sua intervenção deve ser constante para gerar dinâmicas entre todos os envolvidos. Sem participação e motivação a rede perde sentido e deixa de existir.

Independência dos seus membros: Todos os integrantes na rede têm conhecimento dos objectivos propostos, pois fazem parte da sua definição, e devem acordarem conjunto as acções a levar a cabo. Contudo, o facto de pertencerem à rede não limita a sua independência enquanto organização individual com objectivos próprios e outras acções fora da rede. Ou seja, o facto de pertencerem à rede não limita a sua independência enquanto organização autónoma, mas antes assumem um compromisso na luta pelo objectivo comum. Todos os membros, na sua diversidade, trazem contributos importantes para o trabalho em conjunto.

Flexibilidade e dinamismo: Uma rede da sociedade civil para a segurança alimentar apresenta-se diferente em cada instante porque não tem centro. Para além disso a sua dimensão varia no tempo e no espaço devido à entrada e saída de membros consoante as suas motivações e disponibilidade. A inércia da rede é o seu principal inimigo e por isso é muito importante criar dinâmicas participativas para que todos possam contribuir. A rede só funciona se todos interagirem uns com os outros.

Horizontalidade: Neste tipo de redes não existem hierarquias. Todos os integrantes tomam decisões e actuam de forma compartilhada após consenso. A informação é livre para circular entre todos e em todos os sentidos (ver fig. 2). Todos são líderes desde que tragam propostas de trabalho condizentes com os objectivos e realistas de executar.

V.2 A IMPORTÂNCIA DAS REDES DA SOCIEDADE CIVIL NA PROMOÇÃO DA SAN

Na secção anterior argumentamos que a participação da sociedade civil nos processos de definição, implementação e monitorização das políticas públicas é fundamental para as tornar mais democráticas, mais eficientes e mais eficazes. Por outro lado, não podemos esquecer também que a participação das organizações sociais nesses processos tem que ter qualidade para que as suas vozes sejam ouvidas e reconhecidas junto dos governos. Para participar nos diálogos políticos e influenciar as decisões é necessário que os próprios governos estejam receptivos e criem espaços adequados à participação (ver Exemplo 3). Mas é também necessário que a sociedade civil vá ganhando confiança e credibilidade junto dos tomadores de decisão para se tornarem interlocutores-chave nas negociações.

O trabalho em rede tem-se revelado uma boa metodologia de fortalecimento da sociedade civil porque evidencia a importância da acção colectiva e aumenta o capital social.

Na base do capital social estão as “regras de reciprocidade, confiança e solidariedade que aumentam a participação cívica, a cooperação e a coordenação em benefício mútuo” (Putman, 1993). Quando as organizações da sociedade civil decidem organizar-se em rede estão a unir esforços para serem mais fortes e trazerem as preocupações, as necessidades e a voz das pessoas que representam para o centro da discussão política.

Trabalhar em rede permite, assim, que as organizações sociais e as famílias possam participar activamente na escolha das propostas de desenvolvimento (políticas) que julgam mais convenientes para as suas necessidades. No fundo, o que se pretende é que as pessoas e as organizações sociais aumentem o seu poder de intervenção na vida política, social e económica. Quando nos referimos à conquista de poder estamos a falar do aumento das capacidades para a realização de direitos como direito à alimentação, à educação, à saúde, moradia, etc.

V.2.1 Desenvolvimento e expansão de capacidades

Existem múltiplas concepções de desenvolvimento de que são exemplo os vários epítetos frequentemente utilizados: Desenvolvimento Local, Rural, Económico, Humano, Sustentável, Endógeno, Participativo, etc. Contudo, neste caso particular, queremos chamar a atenção para a abordagem de desenvolvimento proposta por Amartya Sen por considerarmos que é uma boa contribuição para a definição de estratégias que promoção da segurança alimentar e combate à pobreza.

Segundo essa perspectiva **o desenvolvimento é visto como um processo de conquista, expansão e consolidação das liberdades e capacidades fundamentais que as pessoas desfrutam**, relacionando-as com as oportunidades reais que elas têm. Desde esse ponto de vista, para se expandirem as liberdades e as capacidades das pessoas e, assim, promover o desenvolvimento, Ou seja, para que ocorra desenvolvimento é necessário remover as principais fontes de privação de liberdades que limitam as escolhas e oportunidades das pessoas e ampliar aquelas liberdades que elas têm razões para valorizar. Entre as principais fontes de privação das liberdades está a fome e a pobreza e não realização de direitos fundamentais, o que limita o acesso das pessoas a alimentos, remédios, vestuário, educação, habitação, assim como a outros recursos como água, terra, sementes, etc., fundamentais para terem uma vida digna. Mas existem outras fontes de privação como sejam a falta de serviços públicos e de assistência social, a negação das liberdades políticas e civis,

Dentro das liberdades podem ser identificados dois tipos: i) liberdades substantivas, que incluem as capacidades básicas para evitar privações como a fome, subnutrição, morte prematura, mas também liberdades como a participação social e política, liberdade de expressão, etc. e ii) liberdades instrumentais, que incluem, entre outras, as liberdades políticas, facilidades económicas ou oportunidades sociais.

A **expansão das capacidades das pessoas** é fundamental para que consigam remover as suas fontes de privação. Para tal, é necessário criar oportunidades reais para que as pessoas possam realizar seus “funcionamentos”, ou seja, o conjunto de “estados e acções” que constituem o bem-estar humano. Podem ser tão simples como estar livre de fome, saber ler e escrever, ou mais complexos como participar da vida social e política. Um ponto fundamental para aumentar as capacidades é dado pelo “aspecto da condição de agente” do indivíduo. Isto quer dizer que as pessoas são vistas como “alguém que age e ocasiona mudança”. Assim, os indivíduos tornam-se agentes públicos e participantes das acções económicas, políticas, sociais ou culturais da sociedade e são actores dos seus próprios processos de desenvolvimento.

V.2.2 Empoderamento e acesso a recursos

Na secção anterior vimos como a formação de redes pode contribuir para expandir as liberdades e capacidades das pessoas, tão fundamentais para os processos de desenvolvimento. Mas as redes funcionam também como catalizadores de processos de empoderamento (*empowerment*) das famílias e da sociedade civil, o que lhes permite “ganhar poder” e conseqüentemente aumentar as suas capacidades para ter acesso e controlo sobre os recursos.

O empoderamento consiste num processo social através do qual as famílias, as comunidades ou as organizações conseguem transformar seus recursos em “activos de capital” que lhe permitem alterar as relações de poder com as várias esferas do Estado, dos mercados e da sociedade.

Um desses tipos de activos de capital é o Capital Social que é promovido pelo fortalecimento de redes da sociedade civil. Para além do capital social, outros “activos de capital” podem ser identificados, como por exemplo: *Capital produzido* - recursos materiais como bens de produção e recursos financeiros; *Capital natural* - recursos naturais como terra, água, biodiversidade, etc.; *Capital humano* - educação, saúde, estado nutricional, etc.; ou *Capital cultural* - conjunto de práticas, costumes, crenças, valores, hábitos (Bebbington, 1999).

Neste caso, o desenvolvimento de redes pode contribuir para ajudar as pessoas a mobilizar os diferentes tipos de activos de capital e promover a sua capacidade de fazer mudanças, produzindo o seu empoderamento. A mobilização de recursos é particularmente relevante no caso da SAN na medida em que a alimentação constitui o mais básico dos elementos para que as pessoas possam levar uma vida activa e saudável. Para além disso, vimos que a SAN engloba várias matérias transversais (água, terra, sementes, biodiversidade, mercados, saúde, educação, saneamento básico, etc.), o que justifica uma acção concertada dos vários actores sociais para melhor fazerem passar a sua mensagem e reivindicarem por políticas adequadas nos vários temas relacionados.

Caixa 10 - Algumas características do processo de empoderamento:

É um processo de conquista de poder: esse processo envolve a dimensão de controlo sobre recursos (físicos, humanos, financeiros, etc.) e ideologias (crenças, valores, atitudes, etc.) e a dimensão de transformação interior que gera autoconfiança e auto-estima possibilitando o aumento da capacidade e da habilidade para controlar os recursos. Ambas as dimensões se reforçam mutuamente;

As pessoas e as organizações empoderam-se a si mesmas: o empoderamento não é algo que possa ser feito a alguém por outra pessoa, i.e., não assume carácter de dádiva. Assim, não são os governos, agências multilaterais ou as ONG que outorgam poder, embora possam funcionar como catalisadores criando ambientes favoráveis para tal;

Não é um processo neutro: na medida em que implica mudanças nas relações de poder em favor dos menos empoderados, ele pode gerar significativas convulsões sociais;

É um processo de transformação de pessoas e grupos: a transformação dos indivíduos é fundamental mas, em determinados casos, a acção em grupo pode fortalecer o processo.

Fonte: Adaptado de G. Sen (1997)

Caixa 11 - Algumas condições que contribuem para o empoderamento das populações:

Criação de espaços institucionais adequados para que os sectores excluídos participem nos processos políticos; Ex. Conselhos locais e nacionais de SAN, Fóruns de discussão, etc.

Formalização de direitos legais e salvaguarda do seu conhecimento e respeito; Ex. Colocar o direito à alimentação na respectiva Constituição do país.

Fomento da organização na qual as pessoas que integram o sector social excluído possam, efectivamente, participar e influenciar as estratégias adoptadas pela sociedade; Ex. Redes da sociedade civil para a SAN.

Transmissão de capacidades para o exercício da cidadania e da produção, incluindo os saberes instrumentais essenciais para além de ferramentas para analisar dinâmicas económicas e políticas relevantes; Ex. Promover acções de capacitação.

Criação de acesso e controle sobre recursos e activos (materiais, financeiros e de informação) para possibilitar o efectivo aproveitamento de espaços, direitos, organização e capacidades, em colaboração com outros actores.

Fonte: Adaptado de Durston (2000)

V.3 ENVOLVENDO O CONJUNTO DOS PAÍSES: DESAFIOS PARA A REDE REGIONAL DE SAN DOS PALOP

V.3.1 Alguns antecedentes

Desde o ano 2004 que o Projecto IFSN⁹ está a ser implementado pela ActionAid International com co-financiamento da União Europeia e com o apoio de outros parceiros internacionais. O seu principal objectivo é apoiar e fortalecer redes nacionais da sociedade civil para a segurança e soberania alimentar nos países do Sul com vista a facilitar os diálogos com os governos para a implementação dos marcos legais e institucionais do direito humano alimentação. No âmbito dos PALOP, foi Moçambique quem figurou na lista de “países prioritários” aceite pela UE aquando da candidatura do projecto. Foi através do apoio do IFSN que o processo de criação da Rede de Organizações para a Soberania Alimentar (ROSA) em Moçambique que já estava em curso desde 2003 pode avançar com mais consistência e determinação nos anos seguintes. Hoje em Moçambique a ROSA é uma das referências principais em matéria de SAN e o interlocutor privilegiado junto do Governo¹⁰.

No ano 2005, todos os outros PALOP foram formalmente incluídos pela UE no projecto IFSN. Apesar de serem incluídos com o estatuto de “países não prioritários” abriu-se de forma clara a possibilidade de apoiar a criação de redes nacionais nesses países, embora com recursos mais limitados. Nesse mesmo ano a Plataforma Portuguesa das ONGD associa-se ao IFSN como parceira. Por essa altura,

⁹ Ver informações sobre IFSN em <http://www.ifs-actionaid.net/c/aa/index.php>.

¹⁰ Ver informações sobre a ROSA em <http://www.rosa.org.mz/>.

realizou-se em Lisboa um seminário sobre SAN e iniciaram-se algumas discussões sobre o apoio à criação de uma rede nos PALOP.

Em 2006, foi elaborada pela Plataforma Portuguesa das ONGD com o apoio do IFSN uma candidatura ao Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD) solicitando apoio para fortalecer as redes da sociedade civil dos PALOP e de uma rede sub-regional. No entanto, a candidatura não foi aprovada por falta de recursos.

O ano 2007 veio aprofundar de forma decisiva todos estes esforços através de várias iniciativas que envolveram estes países: em Fevereiro organiza-se em Lisboa o evento *“Enlaçando experiências: uma tertúlia com Segurança Alimentar”* com a participação de ONGs e outras organizações portuguesas continuando o estreitamento de relações com a Plataforma Portuguesa das ONGD; em Março e Abril, a ActionAid e o IFSN facilitaram e organizaram a visita ao Brasil e a Moçambique de elementos da Comissão organizadora do *1º Simpósio de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP* com vista ao estabelecimento de contactos e parcerias para a realização desse evento; em Junho, a ActionAid, IFSN, ADRA, ESAC, ISPRA em parceria com a FAO e Escritório das Nações Unidas para os Direitos Humanos em Angola, organizaram no Lubango (Angola) o Seminário Internacional *“Direito à Alimentação e Desenvolvimento Rural”*¹¹. Esse evento contou com uma ampla cobertura de imprensa e depois da troca de experiências governamentais e da sociedade civil com Brasil e Moçambique foi aprovada a criação da rede angolana para a segurança alimentar. Para esse evento, o próprio Relator Especial das Nações Unidas para Direito à Alimentação, Jean Ziegler, enviou uma carta às organizações presentes reiterando a relevância dessa iniciativa no actual contexto angolano¹².

Mas foi no mês de Julho desse mesmo ano que foi dado o maior passo para o início do trabalho em conjunto nos PALOP. Por altura da *III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional* do Brasil uma delegação da sociedade civil de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe reuniu-se em Fortaleza para participar no evento e realizar um conjunto de actividades paralelas com o objectivo de trocar experiências entre si relacionadas com a construção institucional da SAN, da soberania alimentar e do direito humano à alimentação, bem como conhecer a experiência do Brasil nessa matéria. As organizações presentes decidiram então iniciar um trabalho conjunto através da articulação numa rede regional dos PALOP para assim poderem participar com maior qualidade nos diálogos com os respectivos governos¹³.

V.3.2 Oportunidades e desafios

O início do processo de criação da rede regional dos PALOP abre um conjunto de oportunidades de trabalho que devem ser aproveitadas e lança também vários desafios que podem constituir factores de motivação para os membros que vierem a entrar no projecto. Pese embora as especificidades económicas, sociais e políticas próprias de cada país e o distanciamento geográfico que têm uns dos outros, há determinados pontos em comum que justificam este trabalho em conjunto.

Em primeiro lugar, **as afinidades histórico-culturais e a existência de um idioma comum permitem-lhes partilhar um mesmo espaço de língua portuguesa e manter laços de amizade e cooperação o que constitui uma verdadeira oportunidade para aprofundar o trabalho também em matéria de SAN.** Em segundo lugar, a sociedade civil nestes países vem experimentando uma evolução muito significativa, tanto em número de organizações nacionais com intervenção nos vários temas da SAN, como no crescente dinamismo em termos de formulação de propostas políticas.

¹¹ Para obter mais informações sobre esse Seminário consulte <http://www.seminariolubango.org/>.

¹² Pode consultar a carta de apoio de Jean Ziegler em <http://www.ifs-actionaid.net/c/aa/index.php>.

¹³ A sistematização das actividades desenvolvidas em Fortaleza pode ser obtida em <http://www.ifs-actionaid.net/uploads/docs/34/Sistematizacao%20de%20Fortaleza.pdf>.

Contudo, sabemos que uma das maiores dificuldades das ONGs e de outras organizações de base social é a dificuldade no acesso a recursos tanto financeiros como materiais (equipamentos, meios informáticos, etc.) ou humanos (pessoal qualificado). A articulação em rede pode criar maiores oportunidades no acesso a recursos, nomeadamente no plano internacional, se os vários países formularem projectos e propostas que motivem doadores e financiadores a apostar nas suas capacidades.

Como vimos anteriormente, todos os países estão neste momento a formular e/ou implementar programas e estratégias nacionais de SAN. A intervenção articulada da sociedade civil nesses processos é um enorme desafio que se coloca para essa rede dos PALOP pois este é um momento crucial de intervenção. A discussão com os governos carece de estruturação e qualidade para que as propostas no âmbito dessas políticas sejam aceites e implementadas. A existência da rede pode aumentar a capacidade de *lobby* e *advocacy* nessas políticas, assim como permite que os vários países troquem experiências e informações que os podem ajudar a fortalecer a sua intervenção. Para além do *lobby* e *advocacy* junto dos respectivos governos, a rede em conjunto ficará numa posição mais privilegiada para estabelecer diálogo também com organismos internacionais, nomeadamente a CPLP, FAO e União Europeia.

A experiência de Moçambique através da ROSA é muito relevante pela forma como conseguiu colocar o tema da SAN e do direito à alimentação na agenda pública do país. A sua experiência e o seu reconhecimento regional e internacional constitui-se certamente uma ajuda fulcral para os restantes países. O suporte que pode advir do IFSN pode ser muito vantajoso dado que em termos globais esse projecto já apoia duas dezenas de redes nacionais distribuídas por África, Ásia e América Latina. Ou seja, as conexões no plano internacional com outras organizações e a partilha de conhecimento e experiências entre elas pode beneficiar largamente a rede dos PALOP.

O maior desafio neste momento é o fortalecimento de cada uma das redes nacionais e da própria rede regional no seu todo.

V.3.3 Sugestões para a dinamização das redes nacionais e da rede regional dos PALOP

A manutenção de uma intervenção constante e o aumento do nível de participação no seio das redes é a tarefa mais difícil. Para começar, sugere-se que em cada país se defina uma comissão instaladora composta pelas organizações mais motivadas e que tenha por função definir a forma como a rede nacional vai trabalhar. A seguir apresentam-se algumas dicas que podem ajudar no processo de organização das redes nacionais e da rede regional.

Caixa 12 - Dicas para a Gestão e Organização das redes

Definição dos princípios comuns: É importante que se definam quais serão os propósitos básicos que justificam a formação da rede. Devem ser estipulados quais são os princípios unificadores das várias organizações integrantes, assim como os objectivos que vão nortear a sua intervenção. Por exemplo, seria interessante formular com “Carta de Princípios” ou uma “Declaração de Constituição” que marcasse simbolicamente o início da rede e pudesse motivar outras organizações a aderir ao projecto.

Entrada de membros: Seria interessante definir uma forma de formalizar a entrada de novos membros na rede, por exemplo através do preenchimento de uma “Ficha de inscrição” ou de uma “Proposta de adesão”. Por um lado, esse exercício compromete de alguma forma quem quer integrar a rede e

motiva-os para se envolverem nas actividades. Por outro, funciona também como constituição de uma base de dados e contactos dos membros aderentes.

Mecanismos de Tomada de decisões e resolução de conflitos: É conveniente que se definam a forma de tomada de decisões assim como os meios de resolução de conflitos. Por exemplo, pode ajudar se for elaborado um “Regulamento do funcionamento da rede”.

Definição de uma instância executiva: É necessário definir um secretariado para a rede para facilitar e gerir a circulação de informação entre todos os envolvidos e servir de base de contacto com a rede (Tel., Fax, E-mail, Correio, etc.). Caberá a cada rede nacional definir a forma de implementação deste secretariado que pode ser numa das organizações parceiras (para aproveitar os meios existentes). O secretariado pode ser rotativo (como no caso da ROSA em Moçambique). Na rede regional pode estipular-se um período de tempo determinado para cada país assumir o secretariado regional.

Circulação da Informação: Um dado importante a definir é a forma de circulação da informação entre os membros das redes que pode ser através de *Mailing list*, elaboração de *Newsletter* periódica ou disponibilização da informação na página *Web* da rede.

Custos e benefícios: O funcionamento da rede requer determinados custos pelo que é necessário definir como vão ser financiados. A necessidade de financiamentos externos (doadores, elaboração de projectos, angariação de fundos) vai ser uma constante. As organizações que integrarem as redes devem encontrar uma forma de gerir esta necessidade de custos e, eventualmente, contribuir também para o seu funcionamento, por exemplo, através do pagamento de quotas.

As actividades a desenvolver devem ser definidas por todos os membros através da elaboração de planos de trabalho realistas e distribuição de tarefas entre as organizações. Realizar reuniões periódicas ou assembleias ajuda a manter os vínculos e a definir as actividades. Algumas das possíveis actividades a desenvolver são as seguintes:

Realização de **acções de lobby e advocacy** nas políticas públicas de SAN e direito à alimentação para. As redes precisam de se capacitar para que possam funcionar como interlocutores junto dos governos e para que possam apresentar propostas coerentes.

A **constituição de grupos de trabalho** é uma boa ferramenta para a gestão e animação das redes e ajuda a distribuir tarefas entre as organizações. Por exemplo, podem ser definidos grupos por áreas temáticas (género, acesso a terra, biodiversidade, HIV/Sida, etc.) de acordo com a vocação de cada uma das organizações participantes. Esta metodologia também ajuda a definir responsabilidades e possibilita uma intervenção com mais eficácia.

Para as várias matérias relacionadas com a SAN podem ser elaborados **Documentos de Posição** para promover a discussão pública e reflectir as tomadas de decisão da rede em relação a determinado tema específico.

Ao longo do ano existem várias oportunidades para **participar em eventos** nacionais, regionais ou internacionais (Fóruns, Encontros temáticos, Conferências, Seminários, Palestras, etc.) que ajudam a passar a mensagem da rede, a debater os temas do seu interesse e a partilhar experiências.

A gestão da informação é uma das tarefas mais importantes no trabalho das redes. A elaboração de um **Boletim Informativo** periódico ou outro tipo de publicação (Revista, Manuais, desdobráveis, etc.) ajuda a divulgar o trabalho da rede, a manter informados os seus membros e a cativar novas organizações para trabalhar em conjunto.

A Internet é um meio que facilita a gestão da informação e visibilidade da rede. A elaboração de uma **página web** para a rede (com a divulgação das actividades, disponibilização de documentos, notícias, etc., é um veículo privilegiado de comunicação. A existência de uma página web pode possibilitar o uso de outros recursos como a realização de Fóruns de discussão on-line ou acções de capacitação on-line. O site do IFSN pode alojar as páginas nacionais com a apresentação de cada rede e várias destas opções e tem já, inclusive, a funcionalidade de gestão da **página dos PALOP** (Ver <http://www.ifsnaid.net/c/aa/index.php>).

As **acções de formação** e a realização de **workshops temáticos** das organizações das redes são fundamentais para aumentar as suas capacidades de intervenção. Também a realização de **estudos e pesquisas** pode ajudar a identificar argumentos para discussão.

V.3.4 Possíveis temas de trabalho para as redes

O carácter multidimensional da SAN implica que vários temas sejam discutidos e trabalhados pelas organizações. A diversidade das redes é fundamental para que organizações com diferentes vocações temáticas possam trabalhar juntas pelo mesmo objectivo. A identificação e selecção desses temas podem também ajudar na constituição dos Grupos de Trabalho. A seguir descrevem-se alguns exemplos desses temas e sua relação com a SAN:

- ✓ **Direito à Alimentação:** O princípio basilar da SAN é o direito à alimentação. Por essa razão, é preciso intensificar os esforços para os governos respeitem, protejam e realizem esse direito em cada contexto nacional. As redes devem desenvolver acções para incentivar os governos a implementar as Directrizes Voluntárias da FAO. Mas também é preciso criar mecanismos independentes de controlo e monitorização que sejam capazes de investigar e receber denúncias de violação do direito à alimentação, assim como mecanismos legislativos e judiciais que permitam invocar esse direito em tribunal. As redes podem desenvolver diagnósticos sobre a realização do direito à alimentação em cada país para recolher informações e casos de violação que servem para sensibilizar chamar a atenção dos governos para mudarem a situação. O IFSN disponibiliza uma ferramenta metodológica e apoio técnico que pode ajudar as redes a fazerem estes diagnósticos (Ver "*Guia de Diagnósticos Rápidos*" em <http://www.ifsnaid.net/c/aa/index.php>).
- ✓ **Acesso à Terra e SAN:** A necessidade de terra para produzir alimentos revela que esta é um recurso fundamental para garantir a segurança alimentar. O acesso a este recurso deve ser garantido para que as famílias tenham meios de produção própria. A legislação nacional de terras deve garantir um acesso à terra sem discriminação e sem promover concentração fundiária.
- ✓ **Água e SAN:** Todos os estudos que têm sido publicados indicam que o planeta poderá entrar em colapso quanto ao fornecimento de água doce avizinhandose anos de extrema escassez. Aliás, em muitas regiões do globo a escassez de água potável é o factor que mais compromete a segurança alimentar das populações. A relação da água com a SAN dá-se por várias formas: i) a água é um recurso fundamental à vida sem a qual não podemos viver e por isso a garantia do acesso a água potável de qualidade é fundamental; ii) a água é indispensável para a produção de alimentos e sem ela não é possível fazer agricultura; mas ela é também fundamental para a confecção dos alimentos e por isso é importante ter água de qualidade para cozinhar; iii) a água pode ser um veículo de doenças provocando problemas gastrointestinais; para além disso, a água pode propiciar o desenvolvimento de insectos e

vermes que se reproduzem nos ecossistemas aquáticos e que transmitem doenças como a malária. É por isso que a promoção da SAN passa de forma prioritária pela gestão dos recursos hídricos e pela definição de prioridades no seu uso para agricultura e pecuária.

- ✓ **Género e SAN:** As mulheres são mais vulneráveis à insegurança alimentar porque têm maior probabilidade de serem pobres do que os homens devido às relações sociais desiguais que existem em muitos casos. Desde logo, porque têm menos oportunidades que os homens no acesso à educação, com consequências directas nas suas oportunidades para conseguirem emprego. Por isso é importante definir políticas que tenham em conta essa particularidade. Por outro lado, as mulheres desempenham na maior parte dos casos papéis fundamentais na promoção da SAN. Em primeiro lugar, é sobre elas que recai grande parte das tarefas de escolha e preparação dos alimentos e por isso elas são decisivas na escolha da composição da dieta alimentar da família. Por outro lado, são elas as principais responsáveis pelos trabalhos agrícolas e, conseqüentemente, pela obtenção de alimentos, que na maioria das vezes é a única fonte de rendimento da família. Por isso as mulheres detêm conhecimentos muito valiosos sobre os sistemas de produção e são muitas vezes o único garante da renda mensal. Não obstante, em vários países as mulheres não gozam os mesmos direitos que os homens em muitos aspectos, como por exemplo, no acesso à terra o que compromete à partida a produção de alimentos e o sustento das famílias.
- ✓ **HIV/Sida e SAN:** O alastrar da epidemia HIV/Sida em várias regiões agrava os problemas da fome. No caso dos meios rurais, onde a incidência é particularmente elevada, a doença debilita as pessoas impedindo-as de trabalhar na agricultura. Isso agrava a sua capacidade para produzir alimentos e mesmo para se alimentarem levando a que entrem num círculo vicioso e entrem na pobreza.
- ✓ **OGMs e SAN:** A utilização de OGMs na agricultura tem provocado enormes controvérsias internacionais. AS grandes multinacionais avançam com o argumento de que os OGMs são a solução para os problemas da fome pois podem permitir aumentos de escala e produção de alimentos em condições precárias. No entanto, é preciso alertar para o facto de que esse é um argumento completamente falso pois para além dos possíveis riscos associados à saúde pelo consumo de OGMs, a solução para a fome reside na garantia do direito à alimentação para que as pessoas tenham meios para adquirir e produzir os seus alimentos.
- ✓ **Educação alimentar e SAN:** A educação alimentar no âmbito da SAN é fundamental para criar conhecimentos e capacidades para a escolha de uma alimentação saudável. Por vezes, mesmo com poucos alimentos é possível fazer uma alimentação equilibrada se forem conhecidas as suas componentes nutricionais e se proporcionar uma dieta variada e equilibrada. A educação alimentar pode também evitar desperdícios de alimentos ensinando melhores formas de os preparar e conservar. Sobretudo nas escolas estas práticas devem ser impulsionadas tendo as redes uma acção decisiva ao elaborarem materiais informativos ou promoverem acções de sensibilização.
- ✓ **Tecnologias Sociais na promoção da SAN:** As *Tecnologias Sociais* (TS) são produtos, técnicas, procedimentos, formas organizacionais ou metodologias, que se desenvolvem na interacção com as comunidades e representam soluções simples e de baixo custo que podem melhorar a SAN. As TS são facilmente aplicadas noutros locais com a utilização de poucos recursos e mão-de-obra disponível. Dessa forma contribuem para a geração de emprego e renda, para além de promoverem uma melhoria da qualidade de vida das comunidades gerando processos de desenvolvimento local. As TS englobam um conjunto de áreas

diversificadas como saúde, alimentação, educação, habitação, geração de trabalho e renda, ambiente, entre outras.

- ✓ **Alterações Climáticas e SAN:** As mudanças severas no clima que já estão a acontecer vão agravar seriamente a capacidade de produzir alimentos aumentando as situações de fome e insegurança alimentar. Esta situação será ainda mais grave nos países com poucos recursos para enfrentarem estas mudanças e cuja população vive da agricultura. A emissão de gases com efeito de estufa é uma das principais causas destas alterações no clima. Contudo, determinadas práticas da agricultura podem também piorar a situação. É por isso recomendável melhorar os sistemas de produção e gestão agrícola, pecuária e florestal e praticar uma agricultura de conservação mais sustentável. As práticas agroecológicas podem ser um bom instrumento para a gestão da sustentabilidade dos recursos.

V.3.5 Visibilidade e Captação de Recursos

A falta de recursos, sobretudo financeiros, é uma das maiores dificuldades enfrentadas pelas organizações dado que não possuem fins lucrativos. Isso significa que a sua auto-sustentação está comprometida à partida e que dependem de contribuições externas para exercerem a sua actividade. A própria articulação em rede pode contribuir para aumentar a capacidade de mobilização e captação de recursos garantindo a sustentabilidade das suas actividades. Para melhorar essa sustentabilidade é necessário adoptar algumas estratégias que lhes permitam obter fluxos anuais contínuos de financiamentos.

Para além dos recursos financeiros, a rede também necessita de recursos humanos qualificados, equipamentos adequados e infra-estruturas mínimas que garantam o seu funcionamento corrente. Alguns destes recursos podem ser obtidos por doações, patrocínios de outras entidades, trabalho voluntário, etc. Para conseguir motivar pessoas e entidades a contribuírem para a rede é fundamental desenvolver acções de visibilidade para dar a conhecer as suas actividades e benefícios. Se ninguém conhecer ou ouvir falar da rede certamente não ficará interessado em ajudar. Para além disso, essa visibilidade ajuda a publicitar a própria organização tornando-a mais conhecida junto de potenciais doadores e da opinião pública geral, assim como junto dos próprios governos para que vejam a rede como um possível interlocutor na discussão das políticas.

Uma estratégia possível para garantir a sustentabilidade consiste na **ampliação e diversificação das possíveis fontes de financiamento** as quais podem ser nacionais ou internacionais e provenientes de pessoas individuais, organismos internacionais, governos, outras ONG ou fundações, ou mesmo pequenas receitas próprias resultantes de consultorias estudos ou venda de material promocional da rede/organização.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADAS, Melhem. *A Fome - crise ou escândalo?*. S. Paulo: Editora Moderna. 2ª Ed. reform., 2004.
- BANCO MUNDIAL. *Poverty and Hunger: issues and options for food security in developing countries*. Washington DC: Banco Mundial, 1986.
- BEBBINGTON, Anthony. *Capitals and Capabilities: a framework for analysing peasant viability, rural livelihoods and poverty in the Andes*. London: IIED/DFID, January, 1999. 54 p.
- BELIK, Walter e DEL GROSSI, Mauro. *O Programa Fome Zero no Contexto das Políticas Sociais no Brasil*. 2003. 34 p. Disponível em www.fomezero.org.br. Acesso em 31/08/2007.
- CASTRO, Ana Maria de. *Fome: um tema proibido - Últimos escritos de Josué de Castro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. 239 p.
- CHANG, Hui-Shung. *Assessing Food Security: Concepts and Global Significance*. New England: Univ of New England. Working Paper Séries 11, 2005. 21 p.
- CLAY, E. *Food Security: Concepts and Measurement*. Roma: Institute of Development Studies. Paper 1, Jul. 2002. 10 p.
- DAGNINO, E. Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil. In: DAGNINO, E. (Org). *Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil*. S. Paulo: Paz e Terra, 2002. 9-15 p.
- DURSTON, John. *Qué es el Capital Social comunitário?* Santiago do Chile: CEPAL, División de Desarrollo Social. Série Políticas Sociales, nº 38. Julio de 2000, pp. 44.
- EVANS, Peter. *Government Action, Social Capital and Development: Reviewing the Evidence on Synergy*. In: "World Development", Vol. 24, n. 6, p. 1119-1132, 1996.
- FAO. *Declaração de Roma sobre a Segurança Alimentar Mundial e Plano de Acção da Cimeira Mundial da Alimentação*. Cimeira Mundial da Alimentação, 13-17 de Novembro, Roma, 1996.
- FAO. *Declaração Final da Conferência Internacional sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural*. ICARRD. Porto Alegre, Brasil, 10 de Março de 2006.
- FAO. *Fome Zero: Lições Principais*. Santiago, Chile: Escritório Regional da FAO para a América Latina e o Caribe, 2006.
- FAO. *Food Security*. Roma: Agricultural and Development Economics Division/FAO. Policy Brief 2, Jun. 2006. 4 p.
- FAO. *Measurement and Assessment of Food Deprivation and Undernutrition*. Roma: International Scientific Symposium, 22-26 jun, 2002.
- FAO. *The State of Food Insecurity in the World 2006*. Roma: Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação, 2006.
- FAO. *World Food Security: a reappraisal of the concepts and approaches*. Roma, 1983.
- FOX, Jonathan. *How does civil society thicken? The political construction of social capital in rural Mexico*. "World Development", Vol. 24, n. 6, p. 1089-1117, 1996.
- JONSÉN, J. e WINDFUHR, M. *Food Sovereignty. Towards democracy in localize food systems*. Reino Unido. ITDG Publishing e FIAN international. Working paper, 2005.
- KLENNERT, Klaus (Ed.) (2005). *Achieving Food And Nutrition Security: Actions to Meet the Global Challenge. A training course reader*. Bonn: InWent e Capaciting Building International. 2nd revised Edition.
- LOVENDAL, C. R. e KNOWLES, M. (2005). *Tomorrow's Hunger: A framework to analysing Vulnerability to Food Insecurity*. Roma: Agricultural and Development Economics Division/FAO. Working Paper Nº 05-07, Out.
- MALUF, R. e MENEZES, F. *Caderno "Segurança Alimentar"*. Paris: FPH, 2000 [Série].
- MALUF, R. *Segurança Alimentar e Nutricional*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007. 174 p.
- MALUF, Renato. Políticas agrícolas e de Desenvolvimento Rural e a Segurança Alimentar. In: LEITE, S. (org.). *Políticas Públicas e Agricultura no Brasil*. Porto Alegre: UFRGS, 2001. pp. 145-168.
- NGO FORUM ON FOOD SECURITY. Profit for few or food for all? Food Sovereignty and Security to Eliminate the Globalisation of Hunger. A statement by the NGO FORUM to the World Food Summit. Roma, 17 de Novembro de 1996.
- PNUD. *Relatório do Desenvolvimento Humano 2006*. Nova Iorque: Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento, 2006.
- PUTNAM, Robert. *Making Democracy Work: civic traditions in modern Italy*. Princeton: Princeton University Press, 1993.
- ROMANO, J. O. e ANTUNES, Marta (Orgs.). *Empoderamento e Direitos no combate à pobreza*. Rio de Janeiro: ActionAid Brasil, 2002.
- ROSENGRANT, M. W., et al. Looking Ahead: Long-term prospects for Africa's agricultural development and food security. 2020 Discussion Paper No. 41. Washington, D.C.: International Food Policy Research Institute, 2005. 62 p.
- ROSSET, Peter. *Food Sovereignty. Global Rallying Cry of Farmers Movements*. Food First - Institute for Food and Development Policy. Backgrounder, Vol. 9, Nº 4, 2003.
- SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. S. Paulo: Companhia das Letras, 2000. 410 p. (1ª Ed. em inglês: 1999).
- SEN, Amartya. *Desigualdade Reexaminada*. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2001. 301 p. (1ª Ed. em inglês: 1992).

-
- SEN, Amartya. *O desenvolvimento como expansão das capacidades*. S. Paulo: Rev. Lua Nova, Nº 28/29, 1993. 313-333 p.
 - SEN, Amartya. *Poverty and Hunger: An Essay on Entitlements and Deprivation*. Clarendon Press/Oxford University Press, 1981.
 - SEN, Gita. *Empowerment as an approach to poverty*. Working Paper Series, nº 97.07. Indian Institute of Management. Background paper to the Human Development Report. December, 1997. 25 p.
 - VALENTE, Flávio Luiz Schieck (org.) (2002). *Direito Humano à Alimentação: desafios e conquistas*. S. Paulo: Cortez Editora, Brasil. 272 p.
 - VON VRAUN, J. *et al.* *New Risks and Opportunities for Food Security: scenario analyses for 2015 and 2050*. Washington, DC: International Food Policy Research Institute. Discussion Paper 39, Fev. 2005. 32 p.
 - ZEZZA, A. e STAMOULIS, K. A. *Conceptual Framework for National Agricultural, Rural Development and Food Security Strategies and Policies*. Roma: Agricultural and Development Economics Division/FAO. Working Paper 03-17. Nov. 2003. 53 p.

ANEXOS

ANEXO 1 - GLOSSÁRIO DE TERMOS RELACIONADOS COM SAN

Alimentação: Processo biológico e cultural que se traduz na escolha, preparação e consumo de um ou vários alimentos.

Acompanhamento do crescimento: O acompanhamento do crescimento é um aspecto do controlo nutricional. São feitas regularmente determinadas medições antropométricas (peso, altura, circunferência do braço, etc.) para acompanhar o progresso de crescimento de uma criança ao longo do tempo, geralmente utilizando um quadro de crescimento. As medições antropométricas permitem a compilação de índices de crescimento tais como o baixa estatura em relação à idade, o baixo peso em relação à idade, o baixo peso em relação à altura – geralmente utilizados para crianças – e o índice de massa corporal (IMC) – mais utilizado para adultos.

Antropometria: Uso de medições do corpo humano para obter informações acerca do estado nutricional.

Baixa estatura em relação à idade: Altura baixa para a idade, reflectindo um episódio ou episódios anteriores de subnutrição continuada.

Baixo peso à nascença: Recém-nascidos que pesam menos de 2,5 kg à nascença.

Baixo peso em relação à altura: Peso baixo para a idade, normalmente resultante da perda de peso associada a um período recente de fome ou doença.

Carências nutricionais: Situações em que deficiências gerais ou específicas de energia e nutrientes resultam na instalação de processos orgânicos adversos para a saúde.

Défice de energia na dieta: Diferença entre a ingestão média diária de energia na dieta de uma população subnutrida e a média do requisito mínimo de energia.

Deficiência de micronutrientes: Estado orgânico de carência de princípios de nutritivos cujas exigências são muito pequenas, medindo-se em miligramas diárias, como a vitamina A, o ferro, o iodo e o zinco.

Desnutrição: É o resultado da subnutrição, i.e., a pobre absorção e/ou baixo uso biológico dos nutrientes consumidos.

Desnutrição: Forma clínica da fome que resulta de graves deficiências em um ou em vários nutrientes

(proteínas, energia, vitaminas e minerais). Estas deficiências impedem a pessoas de manter processos corporais adequados, tais como o crescimento, a gravidez, a lactação, o trabalho físico, a função cognitiva e a resistência a e recuperação de doenças.

Doenças da nutrição: Terminologia para uma grande variedade de doenças que resultam do baixo consumo, do consumo excessivo ou do desequilíbrio prolongado da ingestão e utilização de princípios nutritivos que devem ser harmoniosamente combinados. Várias referências anteriores configuram essas situações: bócio, deficiências nutricionais, desnutrição.

Energia mínima necessária na dieta: Numa categoria específica de idade ou sexo, é a quantidade de energia dietética por pessoa considerada adequada para corresponder às necessidades de energia para actividades leves e para uma boa saúde. Para uma população inteira, a energia mínima necessária na dieta é a média ponderada dos requisitos mínimos de energia dos diferentes grupos etários e por sexo na população. É expressa em kilocalorias por pessoa por dia.

Energia necessária na dieta: Quantidade de energia na dieta necessária para um indivíduo manter as funções do corpo, saúde e uma actividade normal.

Estado nutricional: Estado psicológico de um indivíduo que resulta da relação entre a ingestão e a necessidade de nutrientes e da capacidade do corpo de digerir, absorver e utilizar estes nutrientes.

Fome: Condição caracterizada pela falta dos nutrientes necessários (proteínas, energia, vitaminas e minerais) para uma vida totalmente produtiva, activa e saudável. A fome pode ser um fenómeno de curto prazo (Fome Aguda) ou um problema de longo prazo (Fome Crónica). Pode também provocar uma série de severidades, desde as mais leves às clínicas. A fome pode resultar do facto de a pessoa não ingerir nutrientes suficientes ou de o seu corpo não conseguir absorver os nutrientes necessários.

Grau de privação de alimentos: Medição da situação de insegurança alimentar generalizada num país, baseada num sistema de classificação que combina a prevalência da subnutrição, i.e. a proporção da população total que sofre de um défice de energia na dieta, com a gravidade da

subnutrição, i.e. a magnitude do défice de energia na dieta da população subnutrida.

Grupo vulnerável: Grupo de pessoas com características comuns, cuja maioria se encontra numa situação de insegurança alimentar ou em risco de sofrer insegurança alimentar.

Índice de Massa Corporal (IMC): Rácio do peso e altura frequentemente utilizado para estimar a gordura corporal. É obtido pela divisão do peso (em quilogramas) pelo quadrado da altura (em metros). O IMC não é adequado a avaliações de crianças em crescimento, indivíduos idosos sedentários e débeis ou mulheres grávidas ou a amamentar.

Ingestão de energia na dieta: Conteúdo energético dos alimentos consumidos.

Insegurança alimentar: Situação em que uma pessoa ou população não tem acesso seguro a uma quantidade suficiente de alimentos seguros e nutritivos para um crescimento e desenvolvimento normais e para uma vida activa e saudável. Esta situação pode ser causada pela indisponibilidade de alimentos, por um poder de compra insuficiente, por uma distribuição inadequada ou pelo uso inadequado de alimentos ao nível do agregado familiar. A insegurança alimentar, condições precárias de saúde e saneamento e práticas desadequadas de cuidados de saúde e alimentação são as principais causas de um estado nutricional precário.

Kilocaloria (KCAL): Unidade de medida da energia: 1 kcal = 1.000 calorias. No Sistema Internacional de Unidades (SI), a unidade universal de energia é o joule (J): 1 kcal = 4.184 kilojoules (kJ).

Macronutrientes: Proteínas, hidratos de carbono e gorduras necessárias ao organismo em grandes quantidades e disponíveis para serem utilizadas como energia.

Malnutrição: Condição clínica caracterizada quer por deficiências nutricionais (desnutrição/subnutrição), quer por um excesso de determinados nutrientes (sobrenutrição).

Malnutrição: Condição fisiológica anormal causada por deficiência, excesso ou desequilíbrio na energia, proteínas ou em outros nutrientes.

Micronutrientes: Vitaminas, minerais ou outras substâncias determinadas que são necessárias ao corpo em pequenas quantidades. São medidos em miligramas ou microgramas.

Obesidade e excesso de peso: Peso do corpo que se situa acima do normal devido a uma acumulação excessiva de gordura. Normalmente, é uma manifestação da sobrenutrição. O excesso de peso é aqui definido como IMC (Índice de Massa Corporal) > 25-30 e a obesidade como IMC > 30.

Oferta de energia na dieta: Alimentos disponíveis para consumo humano, expressos em kilocalorias por pessoa e por dia (kcal/pessoa/dia). A nível nacional, é calculada como os alimentos que restam para uso humano após a dedução do consumo de todos os itens que não servem de alimentos (exportações, rações para animais, usos industriais, sementes e desperdícios).

Peso baixo em relação à idade: Peso baixo para a idade em crianças e IMC < 18,5 em adultos, reflectindo uma condição actual resultante de uma ingestão desadequada de alimentos, episódios passados de desnutrição ou de condições precárias de saúde.

Segurança alimentar: Situação em que todas as pessoas, a todo o momento, têm acesso físico, social e económico a alimentos suficientes, seguros e nutritivos que correspondam às suas necessidades dietéticas e preferências alimentares para uma vida activa e saudável.

Sobrenutrição: Ingestão contínua de alimentos em excesso em relação à necessidade de energia na dieta.

Subnutrição: Ingestão de alimentos insuficiente para satisfazer continuamente as necessidades energéticas dietéticas.

Vulnerabilidade: Presença de factores que colocam as pessoas em risco de sofrerem insegurança alimentar ou malnutrição, incluindo factores que afectem a sua capacidade de resposta.

Xeroftalmia: Alterações oculares condicionadas pela deficiência de vitamina A.

FONTES: Adaptado de FAO (2002) e FAO (2006)

ANEXO 2 – RECURSOS NA INTERNET

Direito Humano à Alimentação

Documentos

- Declaração Universal dos Direitos Humanos <http://www.unhcr.ch/udhr/lang/por.pdf>
- Pacto Internacional dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais http://www.fd.uc.pt/hrc/enciclopedia/onu/textos_onu/pidesc.pdf
- Comentário Geral Nº 12 <http://www.abrandh.org.br/downloads/Comentario12.pdf>
- Diretrizes Voluntárias da FAO http://www.fao.org/righttofood/kc/downloads/vl/docs/VoluntaryGuidelines_portuguese.pdf
- Estudo de caso de Angola sobre o Direito Humano à Alimentação Adequada http://www.unsystem.org/scn/publications/country_case_studies/FULL%20Angolacasesstudy%20P.pdf

Manuais

- The Right to Food Guidelines: Information papers and Case Studies http://www.fao.org/docs/eims/upload/214344/RtFG_Eng_draft_03.pdf
- The Right to Food: A resource manual for NGOs <http://shr.aas.org/manuals/food/RTF.pdf>
- The Right to Food in Practice: implementation at the National Level http://www.fao.org/docs/eims/upload/214719/AH189_en.pdf
- O Direito Humano à Alimentação: Guia de Diagnósticos Rápidos (Apresentação Power-Point) <http://www.ifsnaid.net/c/aa/doc/ver.php?id=23&IDPais=34>

Nota: As redes e organizações dos PALOP interessadas em obter este Guia de Diagnósticos devem solicitar ao IFSN o seu envio.

Sites com interesse

- Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos <http://www.ohchr.org/english/>
- United Nations Special Rapporteur on Right to Food <http://www.righttofood.org/>
- Legal Office FAO (Right to Food) <http://www.fao.org/Legal/rtf/rtf-e.htm>
- FIAN international <http://www.fian.org/live/index.php>
- Ação Brasileira pela Nutrição e Direitos Humanos <http://www.abrandh.org.br/index.php>
- Food: a fundamental Human Right (FAO) <http://www.fao.org/FOCUS/E/righttofood/right1.htm>
- Center for Economic and Social Rights <http://cesr.org/>
- The Right to Food (FAO) http://www.fao.org/righttofood/index_en.htm

Segurança Alimentar e Nutricional

Documentos

- Lei Orgânica SAN (Brasil) <https://www.planalto.gov.br/consea/static/eventos/LOSAN%20-%20Lei%2011.346%20de%2015%20de%20setembro%20de%2020061.pdf>
- Estratégia e Programa de SAN de Cabo Verde <http://www.sia.cv/documentos/ENSA.pdf>
- Resumo do Estudo de Caso sobre SAN em Moçambique http://www.setsan.org.mz/Docs/TOPEventos/Simposio_sobre_SAN/ECN%20%20Resumo.pdf
- Eradicating Hunger: Moving from Pilot Projects to National Programmes (FAO) <http://www.fao.org/docrep/007/ae523e/ae523e00.htm>
- A conceptual framework for National agricultural, Rural development and Food Security strategies and policies (FAO) <ftp://ftp.fao.org/docrep/fao/007/ae050e/ae050e00.pdf>

Manuais

- Achieving Food and Nutrition Security (A Training Course Reader) http://www.inwent.org/imperia/md/content/unternehmenskommunikation-intranet/internet/publikationen/food_reader_engl.pdf
- Implications of Economic Policy for Food Security : A Training Manual (FAO) <http://www.fao.org/docrep/004/x3936e/X3936E00.htm>

Sites com interesse

- Portal de Segurança Alimentar e Informação sobre Políticas Alimentares em África <http://www.aec.msu.edu/AGECON/fs2/test/index.cfm?Lang=po>
- MOÇAMBIQUE - Secretariado Técnico de Segurança Alimentar e Nutricional <http://www.setsan.org.mz/>
- Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA, Brasil) <https://www.planalto.gov.br/Consea/exec/index.cfm>
- Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional (FBSAN) <http://www.fbsan.org.br>
- The State of Food Insecurity in the World (SOFI) <http://www.fao.org/sofi/>
- The Special Programme for Food Security (FAO) <http://www.fao.org/spfs/>

- UN System Network on Rural Development and Food Security <http://www.rdfs.net/index.htm>
- União Europeia – Segurança Alimentar http://europa.eu/pol/food/index_pt.htm
- Organização Mundial de Saúde <http://www.who.int/en/>
- World Food Programme <http://www.wfp.org/english/>
- IFPRI - International Food Policy and Research Institute <http://www.ifpri.org/>
- Forum for Food Security in Southern Africa <http://www.odi.org.uk/Food-Security-Forum/Index.html>
- Food Security Information for Action Programme (UE/FAO) <http://www.foodsecinfoaction.org/News/index.htm>
- Food Insecurity and Vulnerability Information and Mapping Systems (FIVIMS) <http://www.fivims.net/index.jsp?lang=en>
- Food First – Institute for Food and Development Policy <http://www.foodfirst.org/>
- CODEX ALIMENTARIUS http://www.codexalimentarius.net/web/index_en.jsp
- Cimeira Mundial da Alimentação <http://www.fao.org/wfs/homepage.htm>
- Cimeira Mundial da Alimentação: *cinco anos depois* <http://www.fao.org/worldfoodsummit/english/index.html>
- Standing Committee on Nutrition (UN) <http://www.unsystem.org/scn/>
- Gender and Food Security (FAO) <http://www.fao.org/gender/>

Soberania Alimentar

Documentos

- Profit for few or food for all? Political statement by the NGO FORUM to the World Food Summit Rome, 1996
<http://www.converge.org.nz/pirm/food-sum.htm#ngo>
- Food Sovereignty: A Right For All - Political Statement of the NGO/CSO Forum for Food Sovereignty (Roma, 2002)
http://www.altragricoltura.org/fse/doc/political_statement-ing.doc
- ICARRD (2006) - Agrarian Reform in the context of Food Sovereignty, the Right to Food and Cultural Diversity: Land, Territory and Dignity http://www.icarrd.org/en/icard_doc_down/Issue_Paper5.pdf

Manuais

- Food Sovereignty: Towards democracy in localize food systems
http://www.ukabc.org/foodsovereignty_itdg_fian_print.pdf

Sites com interesse

- ICARRD (Conferência Internacional sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural (Porto Alegre, 2006)
<http://www.icarrd.org/po/index.html>
- Don't globalise hunger! Assert Women's Right on Food Sovereignty <http://www.dontglobalisehunger.org/home.php>
- Food First - Institute for Food and Development Policy <http://www.foodfirst.org/>
- Fórum Mundial sobre a Reforma Agrária (Valência, 2004) <http://www.fmra.org/>
- Land Research Action Network <http://www.landaction.org/>
- Nyéléni 2007 (Fórum Mundial Pela Soberania Alimentar, Mali) <http://www.nyeleni2007.org/>
- www.dakardeclaration.org <http://www.dakardeclaration.org/>

Nota: No site do IFSN podem também ser encontrados vários documentos relacionados com os temas da SAN estando disponíveis para download em <http://www.ifs-actionaid.net/c/aa/index.php>.